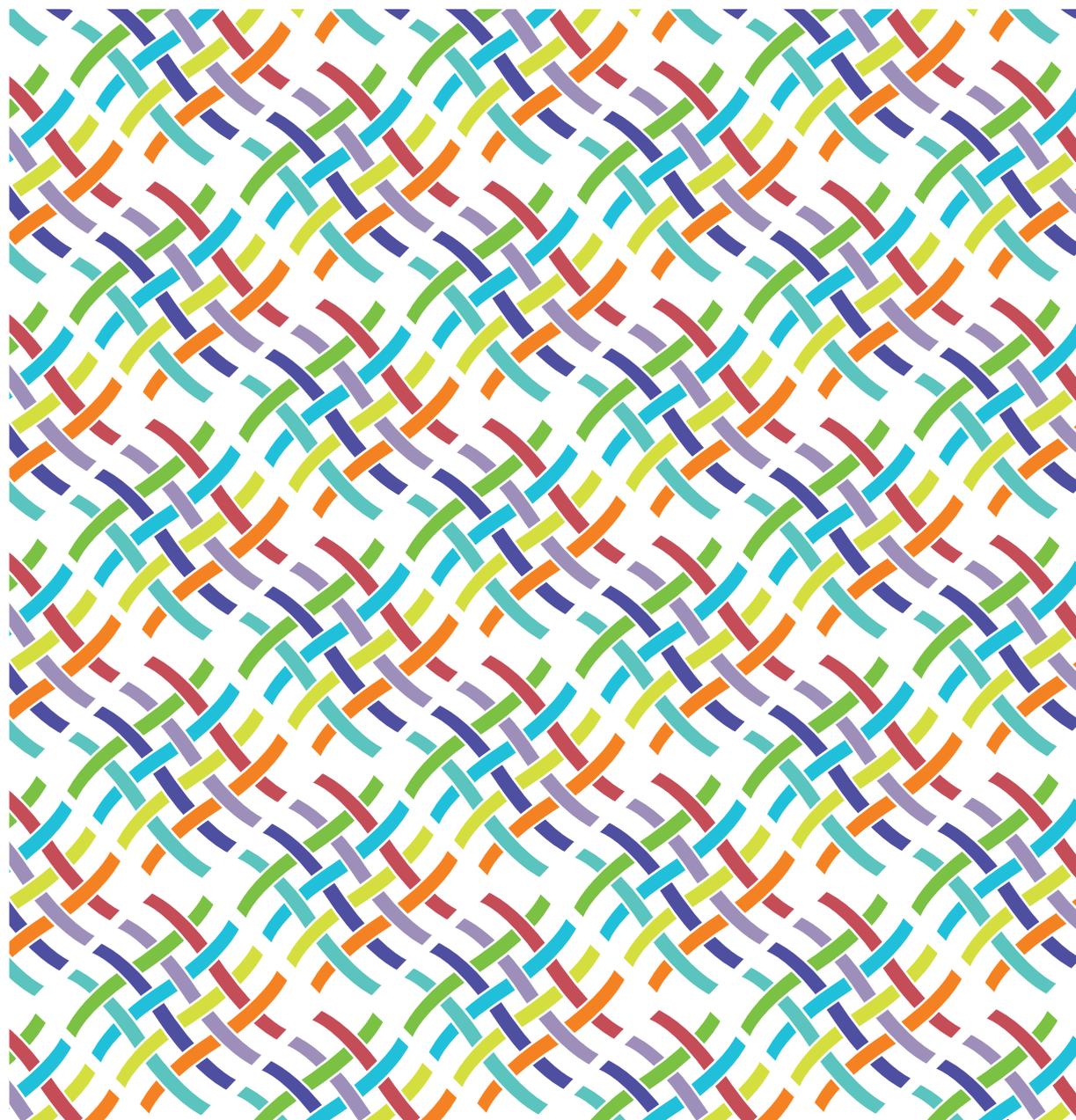


# COMFOR

Comitê Gestor Institucional de Formação Inicial  
e Continuada de Profissionais da Educação Básica



Especialização em Gênero e Diversidade  
na Escola

Módulo 1 - Diversidade

Autor: Luiz Henrique Passador

São Paulo | 2015



PRESIDENTA DA REPÚBLICA

**Dilma Vana Rousseff**

VICE-PRESIDENTE

**Michel Miguel Elias Temer Lulia**

MINISTRO DA EDUCAÇÃO

**Renato Janine Ribeiro**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO (UNIFESP)

Reitora: **Soraya Shoubi Smaili**

Vice Reitora: **Valeria Petri**

Pró-Reitora de Graduação: **Maria Angélica Pedra Minhoto**

Pró-Reitora de Pós-Graduação e Pesquisa: **Maria Lucia Oliveira de Souza Formigoni**

Pró-Reitora de Extensão: **Florianita Coelho Braga Campos**

Secretário de Educação a Distância: **Alberto Cebukin**

COMITÊ GESTOR DA POLÍTICA NACIONAL DE  
FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DE PROFISSIONAIS  
DA EDUCAÇÃO BÁSICA - CONAFOR

Presidente: **Luiz Cláudio Costa**

COORDENAÇÃO GERAL DO COMITÊ GESTOR  
INSTITUCIONAL DE FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA  
DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA - COMFOR

Coordenadora: **Celia Maria Benedicto Giglio**

Vice-Coordenadora: **Romilda Fernández Felisbino**

COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA DO CURSO

Coordenadora: **Daniela Finco**

Vice-Coordenador: **Adalberto dos Santos Souza**

COORDENAÇÃO DE EaD

**Izabel Patrícia Meister**

**Paula Carolei**

**Rita Maria Lino Tárzia**

**Valéria Sperduti Lima**

COORDENAÇÃO DE PRODUÇÃO E DESENHO  
INSTRUCIONAL

**Felipe Vieira Pacheco**

COORDENAÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

**Daniel Lico dos Anjos Afonso**

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA - SEB

Secretário: **Manuel Palacios da Cunha e Melo**

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA,  
ALFABETIZAÇÃO, DIVERSIDADE E INCLUSÃO -  
SECADI

Secretário: **Paulo Gabriel Soledade Nacif**

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA  
EDUCAÇÃO - FNDE

Presidente: **Antonio Idilvan de Lima Alencar**

FUNDAÇÃO DE APOIO À UNIVERSIDADE FEDERAL  
DE SÃO PAULO - FAP-UNIFESP

Diretora Presidente: **Anita Hilda Straus Takahashi**

PRODUÇÃO

**Daniel Gongora**

**Eduardo Eiji Ono**

**Fabrizio Sawczen**

**João Luiz Gaspar**

**Marcelo da Silva Franco**

**Mayra Bezerra de Sousa Volpato**

**Margeci Leal de Freitas Alves**

**Tiago Paes de Lira**

**Valéria Gomes Bastos**

**Vanessa Itacaramby Pardim**

SECRETARIA

**Adriana Pereira Vicente**

**Bruna Franklin Calixto da Silva**

**Clelma Aparecida Jacyntho Bittar**

**Janaina Gomes Reis Bezerra**

**Tatiana Nunes Maldonado**

SUPORTE TÉCNICO

**Enzo Delorence Di Santo**

**João Alfredo Pacheco de Lima**

**Rafael Camara Bifulco Ferrer**

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

**André Alberto do Prado**

**Marlene Sakumoto Akiyama**

**Nilton Gomes Furtado**

**Rodrigo Santin**

**Rogério Alves Lourenço**

**Sidnei de Cerqueira**

**Vicente Medeiros da Silva Costa**



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO

1933



EDIÇÃO, DISTRIBUIÇÃO E INFORMAÇÕES  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO - PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO  
RUA SENA MADUREIRA, 1500 - VILA MARIANA - CEP 04021-001 - SP  
[HTTP://COMFOR.UNIFESP.BR](http://COMFOR.UNIFESP.BR)

COPYRIGHT 2015

TODOS OS DIREITOS DE REPRODUÇÃO SÃO RESERVADOS À UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO.  
É PERMITIDA A REPRODUÇÃO PARCIAL OU TOTAL DESTA PUBLICAÇÃO, DESDE QUE CITADA A FONTE



# SEMANA 1

## INTRODUÇÃO

Autor: Luiz Henrique Passador

## Objetivos Gerais:

Apresentar aos cursistas as noções de diversidade, cultura e marcadores sociais da diferença, e suas implicações na construção da realidade social e no ambiente escolar, a fim de desenvolverem um olhar crítico que os permita diagnosticar situações de desrespeito e desvalorização da diversidade em suas escolas, e formularem ações para superá-las.

## 1. Introdução

“

Temos o direito a ser iguais quando a diferença nos inferioriza; temos direito a ser diferentes quando a igualdade nos descaracteriza. (Santos, 2003, p.18)

”

A afirmação do sociólogo português Boaventura de Sousa Santos, citada acima, sintetiza os dilemas em torno da diversidade e suas consequências no mundo contemporâneo. No Brasil, a questão não é menos crítica que em outros países, e há décadas tem sido enfrentada por movimentos sociais da sociedade civil e pelo Estado. As ações afirmativas e políticas inclusivas têm se pautado pelo enfrentamento de uma situação produzida por processos históricos, políticos, sociais, econômicos e culturais que, a partir das diferenças entre os vários segmentos que compuseram e compõem nossa sociedade, produziram e consolidaram desigualdades entre eles, colocando em xeque o princípio da igualdade que norteia o Estado de Direito. Ao tratarmos da diversidade, não é possível dissociá-la do contexto em que ela se forma e se insere, e do tratamento que a ela é dada pelos seus sujeitos e instituições. Por isso, abordar essa questão no contexto escolar se faz crucial e urgente, no sentido de buscarmos redefinir conceitos e práticas que permitam fazer da escola um espaço de inclusão, reconhecimento e valorização da diversidade, operando no sentido de reiterarmos o respeito à diversidade e aos direitos humanos, e promovendo a equidade entre os diferentes como um compromisso dos cidadãos de nossa sociedade.

Gênero, sexualidade, classe, raça e etnia são marcadores de diferenças comumente utilizados para definir identidades e delimitar fronteiras entre grupos e segmentos de uma sociedade. Esses marcadores sociais da diferença são carregados de significados e valores que classificam e hierarquizam sujeitos e grupos dentro de uma sociedade. Elegemos e significamos os marcadores que compõem os padrões desejáveis de “normalidade”, e classificamos hierarquicamente os demais pelo contraste e proximidade em relação a esse padrão, desvalorizando-os gradativamente conforme se distanciam deles ou os neguem.

## IMPORTANTE

*O processo de marcar e significar valorativa e hierarquicamente as diferenças sociais é o que dá princípio ao que chamamos de discriminação.*

Essas marcas discriminatórias incidem sobre corpos e práticas de sujeitos e grupos, e sobre os espaços que eles ocupam dentro de uma sociedade, estabelecendo formas de interpretá-los e tratá-los de forma diversa e desigual. Dessa maneira, nós vamos marcando sujeitos e grupos, classificando-os e construindo identidades para eles de acordo com o arranjo que fazemos desses marcadores e seus significados socialmente definidos. Assim, diferenciamos “mulheres” de “homens”, “homossexuais” de “heterossexuais”, “pobres” de “ricos”, “negros” de “brancos”, e assim por diante, utilizando nossas categorias de identificação de sujeitos e grupos que irão marcá-los socialmente, marcando seus corpos, suas práticas (incluindo linguagem e indumentária) e os espaços sociais nos quais eles se inserem. Vamos, portanto, produzindo e classificando não apenas diferenças, mas também desigualdades. E, ao produzirmos desigualdades, legitimamos formas de tratamento discriminatório e excludente, o que inclui formas de recriminação e repressão – e até mesmo de patologização e/ou de criminalização.

Ao manipularmos esses marcadores sociais da diferença, podemos complexificar seus sentidos ao associarmos uns aos outros, ampliando e aprofundando desigualdades. Por exemplo, na cidade de São Paulo, uma mulher heterossexual, branca, de classe média, descendente de paulistanos e moradora da região central poderá ser objeto de discriminação por ser mulher numa sociedade sabidamente machista, mas correrá menor risco de ser discriminada por sua orientação sexual, raça/etnia, classe, origem regional e local de moradia. Porém, no mesmo contexto, uma mulher lésbica, negra, de classe popular, migrante nordestina e moradora da periferia poderá ser alvo não apenas da discriminação sexista, mas também poderá sofrer com as consequências sobrepostas da **lesbofobia**, do **racismo**, do **regionalismo** e do **classismo**. Elas se igualam enquanto mulheres, mas se diferenciam enquanto outras categorias socialmente marcadas. Da mesma maneira, dois homens gays podem experimentar discriminações diversas se um deles for “afeminado” e o outro não – inclusive por parte de outros gays que sejam **misóginos** e valorizem o padrão vigente de masculinidade. Ou ainda uma jovem afrodescendente que mantenha os cabelos crespos poderá ter maior dificuldade de se inserir num mercado de trabalho que valoriza a cor branca e os cabelos lisos como padrão de beleza e “boa aparência” femininas. Portanto, a **interseccionalidade** dos marcadores sociais da diferença impressos nos vários sujeitos e grupos sociais permite produzir maior diversidade e, conseqüentemente, diversificar os tratamentos desiguais e as formas de discriminação que incidem sobre esses sujeitos e grupos.

## PARA REFLETIR

*Você alguma vez já presenciou ou ouviu relatos sobre situações de discriminação desse tipo em seu cotidiano? Já foi alvo desse tipo de atitude?*



É comum culpabilizarmos as pessoas discriminadas pela própria discriminação e situação de desigualdade – e até mesmo violência – às quais estão submetidas. Os exemplos são numerosos, cotidianos e conhecidos por todas/os nós: garotas que alegadamente só foram estupradas porque vestiam roupas “provocativas”, gays que sofreram violência física porque trocaram carícias em público, jovens de periferia que foram expulsos de shopping centers porque tinham “má aparência” e se comportavam de forma “inadequada”, transgêneros que abandonaram a escola ao sofrerem bullying porque não se vestiam e/ou se comportavam “de acordo” com seu sexo biológico, etc. Dessa forma, transferimos aos “diferentes” a culpa por serem tratados de forma desigual, por “insistirem” em serem diferentes e se distanciarem dos padrões de normalidade que estabelecemos de forma aleatória, sem nos questionarmos sobre a racionalidade e a noção de justiça social que fundamentam esses padrões que nós aceitamos acriticamente como “normais” e desejáveis. Dessa forma, nós descaracterizamos as diferenças, negando que elas sejam válidas e possam existir enquanto tais. Além disso, nós normalizamos as desigualdades e a violência contra grupos e sujeitos discriminados quando, por exemplo, não estranhamos as estatísticas do Mapa da Violência 2013 (Waiselfiz, 2013) que apontam que jovens negros das classes populares são maioria entre os casos de jovens vítimas de homicídio no Brasil. A tendência é nos parecer normal que jovens “negros” e “pobres” estejam mais vulneráveis à violência (inclusive a violência policial), como se a violência e a pobreza fossem inerentes à condição dos afrodescendentes no país. Essa “normalidade” está intimamente ligada à recorrência desses fatos no nosso cotidiano, que podemos facilmente observar na regularidade com que são noticiados na mídia. Essa regularidade nos dá a impressão de que “o mundo é assim mesmo”, e isso não nos conduz à crítica que poderia reverter o quadro social em que vivemos.

Este curso é um convite à reflexão crítica e à transformação desse quadro. Somos uma sociedade diversa e plural, o que nos impõe a experiência constante de convívio com a diversidade. Poucos espaços impõem essa experiência de forma tão intensa e contínua quanto as nossas escolas. Por isso, poucos espaços têm tanto potencial para promover mudanças sólidas e sustentáveis na direção do reconhecimento e inclusão das diferenças, superando as desigualdades e promovendo a cidadania. Um espaço privilegiado para que se operem essa reflexão e essa transformação tão necessárias para a construção da equidade de direitos em nossa sociedade. Negar a diversidade e o direito a ela, e impor a desigualdade como lógica que estrutura as relações com nossos pares, é colaborar para a manutenção de formas de discriminação e violência contra sujeitos e grupos que, por direito, devem ser reconhecidos como diferentes, mas não desiguais. Nenhum/a de nós está imune a ser tratado como desigual, pois cada um/a de nós porta diferenças que nos tornam singulares, que nos permitem que nos reconheçamos como somos, mas que podem nos tornar objetos de inferiorização e discriminação por parte de outros numa sociedade que hierarquiza diferenças. O reconhecimento da diversidade como fato humano vivido por todos/as nós, e a garantia do direito a ela como fato histórico, social, político, econômico e cultural que nós construímos cotidianamente com valores e práticas, é o que se propõe aqui como desafio e compromisso. Portanto, o convite está feito para que vivamos a diferença de uma forma positiva e construtiva para nós, e para àquelas/es com quem convivemos e a quem formamos como cidadãs/ãos e sujeitos da história que queremos ver se concretizar na nossa realidade.

Sejam todos/as bem vindos/as, educadoras e educadores!

## Referências bibliográficas:

SANTOS, Boaventura de S. Direitos Humanos: o desafio da interculturalidade. **Revista Direitos Humanos**, Secretaria Especial de Direitos Humanos: Brasília, n. 2, junho de 2009, p. 10-18. Disponível em: <[http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/Direitos%20Humanos\\_Revista%20Direitos%20Humanos2009.pdf](http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/Direitos%20Humanos_Revista%20Direitos%20Humanos2009.pdf)> [Acessado em 08 Mar. 2015]

WASELFIZS, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2013: Homicídios e juventude no Brasil**. Brasília: Secretaria-Geral da Presidência Da República/Secretaria Nacional de Juventude/ Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, 2013. Disponível em: <[http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2013/mapa2013\\_homicidios\\_juventude.pdf](http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2013/mapa2013_homicidios_juventude.pdf)> [Acessado em 08 Mar. 2015].





# SEMANA 2

## DEFINIÇÃO DE CULTURA

Autor: Luiz Henrique Passador

## Objetivos Gerais:

Aprofundar a noção de cultura, problematizar as explicações biologizantes e suas implicações para a compreensão dos fenômenos relativos à diversidade. Compreender os mecanismos e o processo de construção das hierarquias, e a problematização das abordagens culturalistas, a fim de desenvolver um olhar crítico que permita diagnosticar a naturalização e a essencialização das diferenças, revelando os processos culturais e sociais que produziram e continuam a produzir desigualdades no país.

## 2. Definição de cultura

A noção de cultura é uma das chaves para compreendermos o fenômeno da diversidade humana e da existência de diferentes formas de pensamento, expressão e organização da vida coletiva de grupos sociais, que variam no tempo e no espaço. Como conceito da Antropologia e das Ciências Humanas e Sociais, a noção de cultura se consolidou no princípio do século XX, num momento em que se percebeu que as explicações **biologizantes** causavam mais problemas do que compreensão dos fenômenos relativos à diversidade dos povos.

Essa perspectiva biologizante, que resultava da aplicação de conceitos das Ciências Naturais do século XIX para tentar explicar a diversidade das formas de organização e vida coletiva de grupos humanos, teve na noção de raça um de seus principais alicerces. A ideia básica que sustentava essa espécie de **racismo científico** é que as diferenças entre raças eram insuperáveis por serem biologicamente determinadas, definindo relações de superioridade de umas sobre as outras, o que, por sua vez, resultaria na produção de civilizações e sociedades diferentes por cada raça, sendo também umas superiores a outras. Assim, a diversidade das formas de organização e pensamento dos vários agrupamentos humanos era entendida como resultante da diversidade racial, sendo esta resultante do processo de evolução biológica da espécie humana que teria produzido tal diversidade física e cultural. Essa forma de pensar ajudou a legitimar o processo de colonização europeia nos continentes americano, africano e asiático, e um de seus desdobramentos mais problemáticos: o uso de mão de obra escravizada nas colônias. Por essa lógica, povos “superiores” e “civilizados” poderiam dominar povos “inferiores” e “primitivos” ou “selvagens”, e esse contato seria benéfico para os menos “civilizados”, que teriam a oportunidade de se aproximar das civilizações superiores e, assim, evoluírem para formas menos primitivas de vida. Dessa forma organizou-se o processo colonial do Novo Mundo baseado no uso de mão de obra, tanto autóctone (como é o caso dos indígenas na América Latina e os negros na África Subsaariana), quanto traficada (como foi o caso dos africanos trazidos como escravos para as Américas). Visões menos “otimistas”, por assim dizer, chegaram a propor o controle da reprodução ou o extermínio de pessoas e grupos identificados como biológica e racialmente inferiores. Foi essa a raiz das teorias eugenistas que, dentre outros desdobramentos, deram base a políticas de Estado em países europeus e nos EUA, tendo como exemplo extremo e mais conhecido a promoção do holocausto pela Alemanha nazista, posto em andamento em nome do extermínio de “raças inferiores” para uma suposta melhoria da espécie humana.



## IMPORTANTE

*A eugenia era uma perspectiva teórica biologizante e racista, surgida em fins do século XIX, que pressupunha que era possível acelerar a evolução humana através de intervenções e controles científicos sobre os corpos, selecionando características tidas como positivas e superiores, e eliminando características tidas como negativas e inferiores. O objetivo era chegar rapidamente ao que se supunha ser o ápice da evolução da espécie, aplicando estratégias de seleção social que seriam mais rápidas e eficazes que a seleção natural. As teorias eugênicas tiveram grande impacto nas políticas nacionalistas até meados do século XX, e deram fundamento tanto às políticas nazistas na Alemanha, quanto às políticas socialistas na União Soviética e liberais nos EUA. No Brasil também tivemos propostas não concretizadas de implantação de políticas eugenistas após o advento da República, quando o controle da população, da miscigenação racial e da imigração era visto como necessário dentro do projeto de construção da nação.*

## SAIBA MAIS

*O impacto das teorias eugenistas nas políticas de Estado na Europa e EUA, há o documentário Homo Sapiens 1900, de Peter Cohen (1998) [Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=TPSjjEIIIZM>>].*

*Sobre o debate e influências eugenistas no Brasil e no mundo, temos as obras de Lília Schwarcz (1993) e Pietra Diwan (2007), além de uma entrevista com Pietra para o Programa do Jô, na Rede Globo, em 2007. Disponível em duas partes [Disponíveis em: <[https://www.youtube.com/watch?v=\\_4vs6l8UNLY](https://www.youtube.com/watch?v=_4vs6l8UNLY)> e <<https://www.youtube.com/watch?v=m4gRstNWqDs>>].*

Como se pode perceber, a hierarquização das diferenças raciais em termos biologizantes foi uma ideia amplamente difundida e instrumentalizada pelas políticas de Estado na Europa, e aplicada nos processos de colonização que resultaram na formação das antigas colônias. Estas, por sua vez, viriam a se tornar independentes e a formarem os países que hoje conhecemos. A formação do Brasil é um exemplo típico desse processo.

Como a noção de raça foi crucial para estabelecer as diferenças e desigualdades na formação das colônias, como por exemplo, organizando uma divisão racial do trabalho, como ocorreu no Brasil, estas ao se tornarem países independentes, tiveram de enfrentar o problema já posto em termos raciais para construir seu projeto de Estado-Nação. Essa foi uma das questões

que marcaram as políticas e conflitos nacionais e internacionais em várias partes do globo a partir da metade do século XIX.

No Brasil não foi diferente e, principalmente após a abolição da escravatura e a proclamação da República em fins do século XIX, o debate em torno das “relações raciais” era um dos pilares do debate sobre a construção da jovem nação brasileira. Dentre os temas mais debatidos, estava a questão da miscigenação racial e suas consequências futuras, majoritariamente vista como um problema grave, uma vez que as teorias racialistas do século XIX viam na miscigenação um processo de degeneração racial que resultaria na formação de povos degenerados. Nessa perspectiva, o futuro da nação brasileira era visto de forma pessimista, pois estávamos sendo formados num processo de miscigenação entre indígenas, europeus e africanos. Outros países, como a África do Sul e os EUA, adotaram leis segregacionistas como resposta a esse dilema nacional, sempre pensando a construção da nação como uma questão de controle das relações raciais.

A **visão culturalista** chegou ao Brasil na década de 1930, pelas mãos de intelectuais como Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda, e permitiu uma mudança de paradigma na maneira de interpretar o país e sua diversidade interna. Freyre, por exemplo, criticou as interpretações racialistas e olhou para o contexto plural da nação como resultado da interação histórica de culturas diversas. Com um olhar mais otimista que seus antecessores, via nesse processo a formação de uma nova cultura nacional, com identidade própria, e que não emanava de uma suposta essência racial dos povos aqui postos em contato. Embora a visão de Freyre tenha trazido novos problemas, como a noção de “democracia racial” ela permitiu por outro lado que se percebesse que a diversidade interna à sociedade brasileira deveria ser compreendida como um processo de construção histórica e cultural, ou seja, um processo dinâmico, em aberto, passível de transformações e descolado dos determinismos biológicos que as teorias racialistas defendiam. E, sobretudo, que se abandonasse a ideia de que há grupos e culturas superiores e inferiores, reconhecendo cada cultura como diversa, mas não passível de classificações hierarquizantes (ainda que reconhecesse haver relações de dominação social, econômica e política entre os grupos postos em contato, como foi caso das relações entre os colonizadores portugueses e os africanos escravizados). A partir dessa nova visão, viu-se nascer no país uma nova forma de se compreender e problematizar a questão da diversidade étnico-racial, que abriu espaço para os estudos de autores como Roger Bastide, Florestan Fernandes, Oracy Nogueira, Darcy Ribeiro, Roberto Da Matta, Antonio Sérgio Guimarães, entre outros.

Assumindo abordagens culturalistas e/ou sociológicas para compreender as relações raciais no Brasil, seu papel na formação da realidade nacional e a inserção desigual de negros e indígenas nesse cenário histórico ou na realidade contemporânea, estes autores criticaram e criticam a naturalização e a essencialização das diferenças raciais, revelando os processos culturais e sociais que produziram e continuam a produzir diferenças e desigualdades étnico-raciais no país.



 SAIBA MAIS

*Para melhor compreender a obra desses autores e suas formas específicas de abordar a questão, sugerimos a leitura das seguintes obras que constam nas referências bibliográficas ao final do texto: Bastide e Fernandes (1971), Fernandes (1978), Nogueira (2006), Ribeiro (1995), Da Matta (1984), Guimarães (2004). A obra O povo brasileiro, de Darcy Ribeiro, também gerou um documentário que está acessível na internet através do link: <https://www.youtube.com/watch?v=eqlcHGj4f7k>*

Num sentido muito próximo às ideias racialistas, também se pensou por muito tempo a diferença entre masculino e feminino pelo viés biologizante, atribuindo ao sexo biológico a capacidade de determinar universalmente comportamentos masculinos e femininos e suas sexualidades. A crítica culturalista em favor da desnaturalização das diferenças também fez emergir uma nova maneira de encarar as diferenças entre homens e mulheres, assim como a diversidade sexual, mostrando que o gênero e a sexualidade não são determinados pelo sexo biológico, mas resulta de construções culturais, históricas, políticas e econômicas que variam e se transformam no tempo e no espaço.

 IMPORTANTE

*Mas, afinal, o que entendemos por cultura? Primeiramente, a cultura é algo que está presente em todos os agrupamentos humanos, desde os tempos mais remotos em que se reconhece a presença da nossa espécie na natureza. Ela não diz respeito, como já apontado, às características físicas e biológicas de povos. Ela resulta da capacidade que os seres têm de atribuir sentidos diversos aos seus corpos, às suas relações e ao ambiente que habitam, produzindo suas próprias realidades e uma grande diversidade de formas de vida coletiva e comportamentos.*

Sabe-se que a espécie humana (*Homo sapiens*), apesar da variedade de fenótipos que apresenta, tem uma unidade biológica. Dessa maneira, somos uma espécie biologicamente unificada, mas que produziu e produz uma grande diversidade de formas de arranjos coletivos e maneiras de pensar e interferir sobre o mundo, desde que se constituiu há centenas de milhares de anos.

Diversas civilizações do passado, descobertas por pesquisas históricas e arqueológicas, mostram que grupos humanos em diversas partes do globo produziram uma grande diversidade de civilizações com formas de organização social, política, econômica, crenças e religiões, artes, tecnologias e saberes que continuam a nos espantar por sua riqueza e complexidade. Esse é o

caso, por exemplo, dos gregos do período helênico, dos egípcios dos tempos dos faraós, dos antigos chineses, dos impérios africanos pré-coloniais, e dos incas, astecas e maias das Américas do Sul e Central na era pré-colombiana. Diversos entre si, esses e outros povos demonstravam a capacidade humana em produzir culturas que definiam maneiras de pensar, estar e interferir no mundo, sem que eles possam ser tomados como “primitivos” ou “inferiores”.

A cultura não explica apenas a diversidade entre povos através dos tempos, mas também a produção de diversidade dentro de uma mesma sociedade através de sua própria história. Basta olharmos como nossa própria sociedade se modificou através do tempo no que diz respeito, por exemplo, aos arranjos familiares, as formas de casamento e a educação de filhos. Os antigos acordos de casamento entre famílias de nossas oligarquias rurais do período colonial, em que os cônjuges eram obrigados a contrair matrimônios arranjados por interesses políticos e econômicos de seus grupos familiares, deram lugar hoje aos matrimônios em que a escolha individual dos cônjuges é o que determina essa forma de aliança. Também observamos hoje novos arranjos familiares que diferem bastante da tradicional família nuclear ocidental formada por marido, mulher e filhos, e que são cada vez mais comuns, aceitos socialmente e reconhecidos como família.

A diversidade cultural resulta na existência de costumes singulares e particulares a povos específicos nos vários continentes, que podem mesmo parecer estranhos para àqueles que não estão familiarizados com eles. Línguas, culinária e indumentária também variam enormemente de povo para povo, assim como valores morais estéticos. No mais, a cultura explica também porque as mesmas experiências vividas por todos os seres humanos podem assumir sentidos diversos para cada povo, como é o caso do nascimento e da morte. Os diferentes rituais funerários que se observa em culturas distintas revelam que cada uma delas atribui um sentido específico para a morte, baseando-se em crenças diversas que definem o que é a vida, a morte e a vida após a morte para essas culturas.

No Brasil, vivemos num contexto multicultural, formado por uma diversidade de povos de diferentes origens que convivem dentro do mesmo espaço nacional. Temos, por exemplo, mais de 200 povos indígenas que falam mais de 180 línguas diferentes. Nossas nações indígenas são também diversas entre si no que diz respeito às formas de organização social, à arte, à maneira como definem o ciclo de vida de uma pessoa, à maneira como constroem casas e aldeias, aos rituais de praticam, etc. Temos povos indígenas vivendo isolados nas florestas, outros em terras indígenas já demarcadas, outros ainda em contextos urbanos. Há grupos indígenas que se dedicam às formas tradicionais de produção econômica, e outros que se inseriram no sistema de produção e troca capitalista. Temos também mais de 2.220 comunidades remanescentes de quilombos no país, que guardam diferenças entre si no que diz respeito à organização social e econômica, e à sua localização geográfica, ainda que tenham em comum o fato de resultarem da diáspora africana promovida pelo tráfico de mão de obra escravizada no período colonial. Embora sejam costumeiramente tratados de forma homogênea dentro da categoria de “povos tradicionais”, indígenas e quilombolas são também culturalmente diversos entre si. Além destes, temos os descendentes dos antigos colonos portugueses e os diversos imigrantes de origem europeia, asiática, árabe, judaica, latino-americanos, haitianos e outros que para cá se deslocaram e continuam a se deslocar, compondo um complexo mosaico de diversidade cultural no Brasil.



As diferenças regionais também são marcantes no Brasil no que diz respeito às formas culturais expressas, por exemplo, em vocabulários e sotaques diversos, além das festas populares, literatura, música, culinária, religiosidade e composição da população, resultantes de processos históricos também diversos na formação de cada uma de nossas regiões. O sertanejo do nordeste, o gaúcho do sul e o caboclo amazônico são categorias socioculturais regionais que resultaram de diferentes processos de formação histórica, política e econômica em cada uma dessas regiões, ainda que formadas sob a lógica da colonização e da sua expansão para o interior do país. A respeito dos regionalismos e da sua importância para a compreensão da diversidade na realidade brasileira contemporânea, o antropólogo Ruben Oliven coloca que:

“

A afirmação de identidades regionais no Brasil pode ser encarada como forma de salientar diferenças culturais e como reação a uma tentativa de homogeneização cultural. Esta redescoberta das diferenças e a atualidade da questão da federação, numa época em que o país se encontra bastante integrado do ponto de vista político, econômico e cultural, sugerem que, no Brasil, o nacional passa primeiro pelo regional.

Foi justamente com o processo de abertura política [na década de 1980] que a cultura passou a ganhar maior visibilidade no Brasil. Novas questões vieram à tona e movimentos populares começaram a se organizar. Vários destes movimentos estão mais preocupados com questões frequentemente consideradas locais e menores, não obstante fundamentais, do que com as grandes temáticas tradicionais.

O que se observou no Brasil, a partir de sua redemocratização, foram o intenso processo de constituição de novos atores políticos e a construção de novas identidades sociais, incluindo-se a identidade etária (representada, por exemplo, pelos jovens enquanto categoria social), a identidade de gênero (representada, por exemplo, pelos movimentos feministas e pelos homossexuais), as identidades religiosas (representadas pelo crescimento das chamadas religiões populares), as identidades regionais (representadas pelo renascimento das culturas regionais no Brasil), as identidades étnicas (representadas pelos movimentos negros e pela crescente organização das sociedades indígenas), etc. (Oliven, 2001: 9-10)

”

Os contextos urbanos e rurais também apresentam diferenças importantes entre si, seja na forma de ocupação e organização dos espaços, seja nas formas de organização da produção, relação com a propriedade, e formação de redes de parentesco, vizinhança e amizades. A experiência com o ambiente, o clima e o tempo também difere bastante na cidade e no campo, em função da diferença das formas de trabalho, moradia e locomoção. As cidades impõem ritmos de trabalho e locomoção mais velozes e urgentes que no campo, e as mudanças climáticas (como chuvas e estiagens) impactam a vida cotidiana e a produção de formas diversas. Da mesma forma, por exemplo, as relações de gênero e geração tendem a ser conformadas de forma diferente no campo e na cidade, em função da diferente inserção de mulheres e jovens no mundo do trabalho e na vida familiar em cada um desses contextos. No mais, essa macro divisão campo/ cidade também engloba diferenças internas aos espaços urbanos e rurais, e isso fica claro quando pensamos, por exemplo, em áreas rurais onde predominam o extrativismo, a agricultura familiar e o agronegócio.

Os espaços urbanos, em especial nas grandes cidades e metrópoles, também nos impõem a experiência concreta e cotidiana com a diversidade. Não apenas as desigualdades sociais são

mais marcadas, profundas e complexas nas cidades, mas a heterogeneidade cultural também tende a ser maior. Isso se deve à atração que os grandes centros urbanos exercem como mercado de trabalho e oferta de serviços (como Educação e Saúde, por exemplo), promovendo deslocamentos de populações das pequenas cidades e da zona rural, e mesmo de outras regiões e países, em direção às metrópoles. São também centros em que o fluxo de informações e bens globalizados é mais intenso, o que oferece um maior acesso a manifestações culturais de outros locais, estimulando o consumo e a produção constantes de novas formas culturais. Essa grande heterogeneidade é também marcada pelos conflitos que surgem não apenas das notórias desigualdades sociais e de classe entre centro e periferia, mas também do encontro entre diferenças culturais de vários tipos que podem se tornar objetos de discriminação e hostilidades. Por exemplo, temos os conflitos entre jovens de grupos que rivalizam entre si em função do estilo de vida e consumo de bens da indústria cultural (punks, skinheads, skatistas, rappers, funkeiros, etc). Também conflitos entre seguidores de denominações religiosas diversas (católicos, protestantes, praticantes de religiões afro-brasileiras, etc). O mesmo ocorre entre pessoas de origem regional ou nacional diferentes, ou entre pessoas de diferentes orientações sexuais e/ou identidades de gênero. Enfim, os centros urbanos, em função de sua heterogeneidade sociocultural e dos seus fluxos populacionais internos, criam espaços de encontro e cruzamento de diferenças que circulam no interior das cidades e, muitas vezes, podem produzir ou acirrar conflitos. O cotidiano escolar explicita isso de forma bastante clara.

## SAIBA MAIS

*Sobre a culpabilização e discriminação dos discriminados, uma entrevista concedida pelo antropólogo Alexandre Barbosa Pereira e publicada em dezembro de 2013, sobre os “rolezinhos” de jovens da periferia de São Paulo em shopping centers, traz importantes elementos para compreendermos o fenômeno, assim como os mecanismos de discriminação aos quais esses jovens são submetidos.*

Disponível em: [http://brasil.elpais.com/brasil/2013/12/23/opinion/1387799473\\_348730.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2013/12/23/opinion/1387799473_348730.html)

Outro elemento importante relativo à cultura é a maneira como as várias sociedades pensam o ciclo de vida, o que resulta na estruturação de relações intergeracionais diversas. No nosso contexto urbano contemporâneo, podemos observar como crianças, adolescentes e jovens, adultos e idosos experimentam situações diferentes em função de sua idade e inserção nas redes de relações e espaços sociais, acesso a bens e serviços específicos, e tratamento por parte das estruturas político-jurídicas. No plano dos costumes, experimentamos individualmente durante as nossas vidas as diversas formas de valorização e desvalorização que nossa sociedade empresta aos indivíduos que se encontram nas diferentes fases que são pensadas e reconhecidas como distintas entre si.

Após essa série de exemplos e colocações, parece agora fácil propor uma definição de cultura que nos ajudará a compreender as discussões que serão desenvolvidas durante o curso. A cultura diz respeito à capacidade que nós, humanos, temos de atribuir significados diversos à nossa realidade e às nossas ações, e de nos relacionarmos com o mundo e com nós mesmos a partir dessas significações. É nesse sentido que podemos dizer que a cultura constrói mundos,



corpos e pessoas, ao dar-lhes sentidos diversos no tempo e no espaço, organizando nossas práticas, ideias e formas de interação, e produzindo realidades e experiências muito distintas em função da época e do lugar em que vivemos. Embora tenhamos também uma dimensão individual da experiência com nossas realidades particulares, a cultura se refere à produção coletiva dos grupos nos quais estamos inseridos e dentro dos quais construímos nossas trajetórias individuais. Os sentidos de nossas trajetórias e experiências são determinados pelas formas como elas são interpretadas a partir dos significados culturais que produzimos, utilizamos e compartilhamos em nossas realidades coletivas. Portanto, a cultura tem esse caráter interpretativo, de atribuição de sentido e ordenação das nossas ações, relações e experiências individuais e coletivas frente a uma realidade construída a partir desses significados historicamente produzidos e compartilhados, e que são passíveis de reinterpretações constantes. Assumimos aqui a noção de cultura defendida por Clifford Geertz, que assim a definiu numa perspectiva interpretativista:

“O conceito de cultura que eu defendo (...) é essencialmente semiótico. Acreditando, como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise; portanto não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado”. (Geertz 2008 p. 4)

Sendo resultado da atividade humana de interpretação do mundo e de que lugar os humanos ocupam nele, a cultura é um campo em permanente construção e transformação, uma vez que é produzida cotidianamente por sujeitos históricos e condições mutáveis, e permanentemente reinterpretada por eles. Ela, portanto, não remete apenas a um conjunto de costumes que se reproduz no tempo e no espaço através da repetição de ações coletivas, mas também e, principalmente, remete a um permanente trabalho de intervenção na realidade e produção de significados por parte dos sujeitos que têm a capacidade de interpretar e modificar as suas próprias culturas e formas de vida.

# Referências bibliográficas

BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. **Branços e negros em São Paulo**. São Paulo: Ed. Nacional, 1971.

DA MATTA. **O que faz o Brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 1984.

DIWAN, Pietra. **Raça pura: uma história da eugenia no Brasil e no mundo**. São Paulo: Contexto, 2007.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Preconceito de cor e racismo no Brasil. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 47, n. 1, 2004, p. 9-44. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-77012004000100001&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-77012004000100001&script=sci_arttext)> [Acessado em 08 Mar. 2015].

NOGUEIRA, Oracy. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. **Revista de Sociologia da USP**, v. 19, n. 1, nov 2006, pp. 287-308.

OLIVEN, Ruben George. Cultura e modernidade no Brasil. **São Paulo em Perspectiva**, Fundação SEADE: São Paulo, v. 15, n. 2, abr/jun 2001, p. 3-12. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-88392001000200002&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392001000200002&lng=en&nrm=iso&tlng=pt)> [Acessado em 08 Mar. 2015].

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, 2ª ed.

SCHWARCZ, Lilia Katri Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.





# SEMANA 3

## A DIVERSIDADE CULTURAL

Autor: Luiz Henrique Passador

## Objetivos Gerais:

Apresentar aos cursistas as noções de diversidade cultural e seu papel na formação do contexto brasileiro, buscando refletir sobre a elaboração de formas de atuação que promovam o respeito e o reconhecimento das diferenças dentro dos ambientes escolares. Conhecer e identificar as diferentes demandas de reconhecimento de especificidades culturais, representadas nos diferentes movimentos sociais. Compreender a relação entre o reconhecimento da diversidade e o caráter de luta política dentro de uma sociedade regida pelas estruturas políticas.

### 3. A diversidade cultural

A diversidade cultural é um fenômeno que caracteriza a experiência humana em todas as partes do mundo, e isso ocorre desde que surgimos como espécie. Se a cultura é um fenômeno determinado pela capacidade que temos de produzir e atribuir significados diversos às nossas ações e experiências através do tempo e do espaço, parece claro que a diversidade de culturas que a humanidade produziu e produz é uma consequência lógica dessa nossa condição e capacidade de produzirmos diferenças. A diversidade não diz respeito apenas às diferenças entre povos distintos, mas está também presente em contextos complexos e multiculturais, nos quais diferentes referenciais culturais convivem e interagem, marcando diferenças internas entre grupos e segmentos que compõem esses contextos. Esse é o caso do Brasil.

Como também já foi apontado, nem sempre essas diferenças culturais são valorizadas e respeitadas, o que gera conflitos e situações de discriminação, e impõe o desafio de lidarmos com a diversidade cultural de forma positiva e inclusiva. Esse desafio é cotidianamente enfrentado por educadoras e educadores nas nossas escolas, e impõe a reflexão e a elaboração de formas de atuação que promovam o respeito e o reconhecimento das diferenças dentro dos nossos ambientes escolares.

Contextos muitas vezes tomados como culturalmente homogêneos apresentam diferenças internas que são significativas para seus sujeitos, e que devem ser reconhecidas por nós. Esse é o caso de continentes como a Europa e a África, por exemplo, que tomamos muitas vezes como unidades culturalmente homogêneas, mas que são compostos por nações e grupos culturalmente bastante diversos entre si, que se reconhecem e demandam serem reconhecidos enquanto tais. Quando nos referimos a esses povos como simplesmente “europeus” e “africanos”, corremos o risco de invisibilizar e desconsiderar importantes diferenças entre, por exemplo, bascos da Espanha e bávaros da Alemanha, ou entre zulus da África do Sul e berberes da Argélia. Isso exige que também reconheçamos essa diversidade como um dado de realidade que é importante para a identidade daqueles sujeitos, grupos e nações. O reconhecimento da diversidade e o respeito a ela é o primeiro importante passo na construção de relações que superem as formas de discriminação, negação e conflitos que podem ser direcionadas àqueles que diferem de nós.

No Brasil, apesar de termos o português como língua oficial e efetivamente falada pela imensa maioria de nossos habitantes (que é resultado de imposição do nosso processo de colonização), o que pode dar a impressão de homogeneidade cultural, temos uma grande diversidade



interna, já apontada anteriormente. Embora nos refiramos comumente a uma “cultura nacional brasileira” como sendo uma unidade homogênea, já vimos que o contexto cultural é formado por uma grande diversidade de referenciais culturais oriundos de povos muito distintos entre si, e/ou gerados em diferentes contextos regionais internos ao país. Esses referenciais constituem patrimônios culturais de grupos que se pensam e se reconhecem a partir deles, e que estão na base de associações voluntárias que buscam a valorização de suas culturas e tradições, como é o caso dos Centros de Tradição Gaúcha (CTG) e Centros de Tradições Nordestinas (CTN). Negar ou desvalorizar essa diversidade redundaria em negação e desvalorização de grupos e sujeitos que compartilham o mesmo território nacional e o mesmo Estado de Direito, e por isso devem ter seus direitos reconhecidos, o que inclui o direito à diferença cultural. Esse tem sido o teor das lutas de movimentos sociais que reclamam não apenas direitos civis e políticos inclusivos, mas também o reconhecimento de suas origens e diversidade étnico-racial, como é o caso do Movimento Negro, que reivindica o reconhecimento e valorização da história e da especificidade cultural dos povos africanos, e das contribuições dos afrodescendentes à construção da sociedade e da cultura no Brasil. O mesmo ocorre com os movimentos indígena e quilombola, que demandam não apenas a demarcação de terras e direitos civis e políticos, mas também o reconhecimento e valorização de sua história e diversidade.

## IMPORTANTE

*Benedict Anderson, em sua obra Comunidades imaginadas (2008), explica a formação das “culturas nacionais” e dos Estados-nação como resultado do processo de colonização que os europeus disseminaram pelos vários continentes a partir do século XVI. Mais especificamente, Anderson identifica na experiência colonial nas Américas a origem do Estado-nação e das “culturas nacionais”. Necessitando criar uma experiência de continuidade entre as metrópoles e as colônias, que deveriam reconhecer-se como parte de impérios, o estabelecimento de uma língua comum foi crucial. Juntamente com a disseminação nas colônias de crenças, costumes, formas de organização coletiva e do espaço, garantidos pelos veículos de imprensa que vão constituir o que Anderson denomina “capitalismo editorial”, criou-se uma experiência de homogeneização e continuidade entre metrópole e colônia. A produção de “comunidades imaginadas”, que transcendiam as separações geográficas e as diversidades culturais originais pela experiência de simultaneidade de partilha de elementos culturais comuns (línguas, crenças, costumes, etc), deu base ao surgimento da noção de cultura nacional, que formaria uma nação homogênea representada politicamente por um Estado central.*

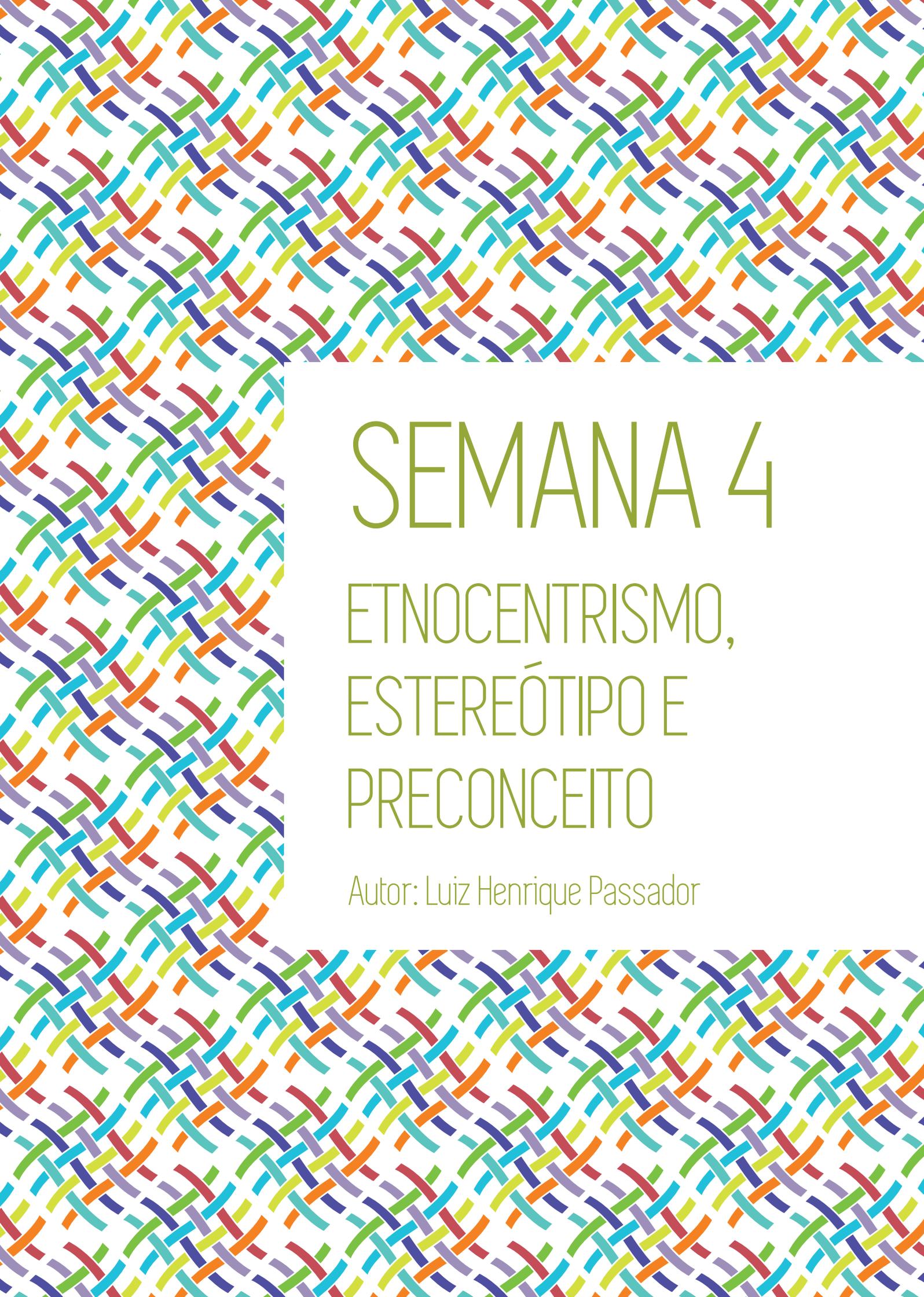
No mais, as diferenças de gênero e orientação sexual constituem também arcabouços culturais que demandam o reconhecimento de suas especificidades, e estão representadas em movimentos sociais de viés político e identitário, como é o caso dos movimentos feminista e LGBT.

A diversidade cultural é, portanto, uma realidade incontornável, que exige reconhecimento e garantia de direitos, na direção da superação da discriminação e exclusão social de sujeitos e grupos tratados como desiguais por serem meramente portadores de diferenças que lhes emprestam identidades e visões de mundo divergentes. É nesse sentido que a luta pelo reconhecimento da diversidade assume um caráter de luta política dentro de uma sociedade regida pelas estruturas políticas e jurídicas de um Estado de Direito. Negar o direito à diversidade é negar o direito à cidadania e ao gozo pleno dos direitos que devem ser acessíveis a todos os cidadãos. Negar que segmentos historicamente tratados como diferentes e inferiorizados pelos costumes necessitem de políticas públicas afirmativas e inclusivas, é contrariar o princípio da equidade de acesso aos direitos. Sujeitos e grupos historicamente tratados como desiguais necessitam de mecanismos que lhes assegurem a possibilidade alcançarem condições de igualdade social, política e econômica em relação àqueles que têm seus direitos garantidos há tempos. Enfim, negar a diversidade e o direito a ser diferente, é negar a própria condição humana e a história que construímos e compartilhamos com nossos pares. E isso é algo que diz respeito a todas/os nós.

## Referência bibliográfica

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**. São Paulo. Cia das Letras, 2008.





# SEMANA 4

## ETNOCENTRISMO, ESTEREÓTIPO E PRECONCEITO

Autor: Luiz Henrique Passador

## Objetivos Gerais:

Compreender os mecanismos de produção das desigualdades a partir dos conceitos de etnocentrismo, estereótipo e preconceito. Problematicar a perspectiva etnocêntrica e a construção do preconceito na sociedade e na escola. Reconhecer e evidenciar as conquistas no combate ao preconceito e a discriminação no plano das políticas públicas.

## 4. Etnocentrismo, estereótipo e preconceito

Etnocentrismo, estereótipo e preconceito, assim como os processos de estigmatização e discriminação decorrentes deles, são fenômenos ligados à diversidade cultural e que estão presentes em todas as sociedades ao longo de suas histórias. Fundamentalmente, dizem respeito a mecanismos de negação das diferenças em função da maneira como elas são encaradas em tempos e contextos diversos. São formas de inferiorizar e desumanizar sujeitos e grupos e que, por isso, exigem que sejam tomadas como objeto de políticas públicas e mobilizações da sociedade civil para que sejam superadas.

O etnocentrismo decorre de processos de normalização e naturalização dos significados que cada cultura toma como corretos e justos para si, transformando a realidade vivida por cada grupo cultural como uma realidade de valor universal. O próprio termo revela seu sentido: ao sermos etnocêntricos, estamos centrados em nossas próprias concepções étnico-culturais, tomando-as como parâmetro universal para produzir juízos de valor sobre as diferenças expressas por outros. Esse fenômeno, que se constitui como uma espécie de resíduo do processo de aprendizagem e formação de sujeitos que ocorre dentro de qualquer cultura, torna-se um problema quando culturas diferentes entram em contato. O estranhamento que a alteridade produz em qualquer um de nós quando nos deparamos com formas de vida diversas daquelas que aprendemos a viver e valorizar, resulta do etnocentrismo. Estranhamos o que não nos é familiar e compreensível pelos códigos culturais que adotamos – o que nos leva muitas vezes a tomar diferenças como formas irracionais, aberrantes, ameaçadoras e até não humanas de estar no mundo e pensá-lo. Temos dificuldade em compreender as lógicas e os sentidos que são atribuídos às diferentes culturas por seus praticantes, porque tendemos a usar nossos próprios referenciais culturais para compreendê-las. Se nossos referenciais são válidos para legitimar para nós mesmos as práticas e concepções de mundo que aprendemos serem normais, corretas e desejáveis para a cultura em que fomos formados, eles não podem ser tomados como universais e capazes de explicar quaisquer outras formas de vida produzidas em outras culturas a partir de seus próprios referenciais. O etnocentrismo produz sempre uma má compreensão das diferenças, porque utiliza parâmetros inválidos para interpretar fatos que não se constroem a partir desses parâmetros adotados por quem interpreta etnocentricamente.

Na cultura ocidental, que é dominante nos países do hemisfério norte e naqueles colonizados por europeus, como é o nosso caso, o etnocentrismo operou historicamente – e ainda opera – na maneira como avaliamos e nos relacionamos com povos que divergem dos padrões ocidentais. Nos encontros de culturas e civilizações produzidos pelo processo colonial, termos como “selvagens”, “bárbaros”, “pagãos” e “primitivos” foram amplamente empregados para caracterizar de forma negativa um grande número de culturas diversas entre si, que eram



nativas das terras conquistadas, e cujos padrões culturais se distanciavam da matriz cultural ocidental e cristã. Esses termos continuam a ser utilizados no senso comum quando queremos caracterizar fatos e pessoas de forma negativa, negando-lhes o estatuto de normalidade e igualdade. Fatos observados entre povos nativos do Novo Mundo como a poligamia, as religiões politeístas, o canibalismo ritual, a ausência de poder central, o emprego de tecnologias tidas como arcaicas ou a ausência de tecnologias tidas como superiores (como a metalurgia), o emprego da coleta, da caça e da pesca como bases da subsistência de povos, produziram estranhamentos e juízos de valores negativos por parte dos colonizadores ocidentais, e serviram para a construção de concepções acerca do suposto “atraso”, “ausência de civilização” e até da “animalidade” dos povos colonizados. Muitas dessas concepções perduram até hoje e constituem um senso comum que insiste em atribuir características negativas a culturas que divergem da ocidental, inferiorizando-as ou tomando-as como ameaças à “civilização”. No mundo de hoje, um exemplo claro disso pode ser a maneira como árabes e muçulmanos são vistos e representados na mídia, ligados ao fundamentalismo cego, ao fanatismo religioso de uma religião não cristã, e ao terrorismo “contra a civilização ocidental” – algo que não difere muito das representações ocidentais acerca dos povos árabes e muçulmanos do tempo das Cruzadas e do período de colonização do Oriente Médio.

Nossos povos indígenas, por exemplo, até hoje são vistos como “atrasados” ou “vagabundos”, porque empregam tecnologias tidas como arcaicas e organizam a produção de forma diferente do modelo capitalista. Além disso, sua indumentária tradicional acaba servindo para que os vejamos como “povos que andam nus”, remetendo-os a um estado de vida muito próximo da natureza e, dessa forma, menos “civilizado”. Normalmente tomamos os “indígenas” como um coletivo homogêneo, como uma categoria genérica que atribuímos a eles, sem reconhecermos que esse contingente é formado por povos diversos, com culturas particulares e em situações distintas de contato e relação com o restante da nossa sociedade nacional.

Algo semelhante ocorre em relação às manifestações culturais afro-brasileiras, em particular às religiões de matriz africana como a umbanda e o candomblé, vistas como pagãs, místicas, exóticas e ameaçadoras, porque descendentes de religiões “primitivas” de um continente há muito representado como “atrasado” e “violento” – o que as guerras civis contemporâneas no continente ajudam a reforçar. A situação dos africanos trazidos para o Brasil como mão de obra escrava, vistos como inferiores, colabora tanto para o reforço dessa representação negativa que persiste no nosso senso comum, quanto para as diversas concepções racistas que atribuem características negativas aos identificados como afrodescendentes em nossa sociedade.

Na mesma lógica, em nossa sociedade, as diferenças de gênero e orientação sexual tendem a ser interpretadas etnocentricamente a partir dos padrões definidos pela norma heterossexual ocidental e cristã. Pessoas e grupos que produzam expressões de gênero e sexualidades divergentes em relação a esse modelo normativo, também são passíveis de se tornarem objetos de juízos de valor que as desqualificam, e alvo de repressão e hostilidades. É dessa forma que muitas vezes nos deparamos com concepções de senso comum que tipificam indígenas como “promíscuos”, afrodescendentes como “hiperssexualizados”, mulheres como “perigosas” e pessoas LGBT como “doentes” e “imorais”.

A diversidade é sempre um problema e uma ameaça potencial à ordem “normal” pela ótica do etnocentrismo e suas concepções universalizantes acerca do que é “certo” e “errado”. Isso se deve à dificuldade que temos em relativizar as diferenças quando assumimos o ponto de vista etnocên-

trico. O ponto de vista do “outro”, nessa situação, é desconsiderado, o que impede que consigamos enxergar o mundo pelo seu prisma, tornando exótico e estranho aquilo que é absolutamente familiar e “normal” para o outro. Perdemos, dessa maneira, a capacidade de compreendê-lo em seus próprios termos, da mesma maneira que perdemos a possibilidade de relativizarmos e compreendermos de forma mais complexa e crítica as nossas próprias formas de vida, valores e certezas. Um encontro que poderia ser positivo e resultar em transformações que estabeleçam formas mais justas de relação com a diversidade se torna, pela via do etnocentrismo, um problema de convivência gerado pela incapacidade de compreendermos o outro e a nós mesmos de forma mais profunda e realista, resultando no desrespeito e desvalorização da diferença que dá base às desigualdades.

## IMPORTANTE

*A respeito desse duplo movimento metodológico e cognitivo que caracteriza a pesquisa antropológica, que é o de tornarmos familiar (compreensível, explicável) aquilo que a princípio é exótico (a realidade do outro), e de tornarmos exótico (estranhar, questionar) aquilo que a princípio é familiar (nossa própria realidade), Roberto Da Matta (1978) e Gilberto Velho (1978) têm importantes reflexões e contribuições. Essa forma de observação e produção de conhecimento sobre a diversidade é fundamental para a compreensão das diferenças a partir do ponto de vista de quem as produz, o que é necessário para a superação da perspectiva etnocêntrica.*

As maneiras como representamos etnocentricamente as diferenças criam, para nós, representações simplistas e tipificadas sobre o outro. Essas representações constituem os estereótipos que produzimos e atribuímos a sujeitos e grupos que queremos marcar como diferentes, reduzindo-os a determinadas características que elegemos e generalizamos como atributos de valor dessas pessoas e grupos. Esses estereótipos nos permitem identificar e tipificar rapidamente categorias de pessoas e grupos, e estabelecer suas posições no jogo hierárquico das desigualdades. Os estereótipos são reafirmados e reforçados através de juízos subjetivos consolidados em expressões utilizadas cotidianamente para nos referirmos negativamente a essas categorias de pessoas que desejamos marcar de forma genérica: “isso é frescura de mulher” ou “coisa de bichinha”, “fulano tem um pé na cozinha”, “programa de índio”, “lerdeza nordestina”, “não se faça de louca”, etc. Essas fórmulas sintetizam concepções acerca das categorias inferiorizadas e discriminadas, e mostram como a linguagem tem o poder de criar realidades e reproduzir visões de mundo, marcando diferenças socialmente significativas.

Esses estereótipos naturalizam as diferenças que eles querem representar, e criam consensos sociais a respeito de categorias étnico-raciais, regionais, de gênero e de orientação sexual que sustentam e reproduzem as desigualdades a que essas categorias estão historicamente submetidas. Outra forma de cristalizar e legitimar esses estereótipos através de sua naturalização, é a produção de saberes científicos que muitas vezes repetem ou dão origem a esses consensos, como foi o caso já citado das teorias racialistas dos séculos XIX e XX, que ao biologizarem as explicações sobre a diversidade humana em termos de raças, ajudaram a legitimar o racismo em diversas sociedades (incluindo a brasileira), dando sustentação inclusive a políticas



segregacionistas aplicadas por diversos países em todo o mundo. O mesmo ocorreu com os estudos científicos sobre a sexualidade que, também nos séculos XIX e XX, ajudaram a patologizar a homossexualidade, e a dar explicações biológicas para a suposta inferioridade física e intelectual das mulheres – o que, por sua vez, serviu de argumento para protelar o direito ao voto feminino até a década de 1930, e hoje é atualizado pelas propostas de “cura gay”. A patologização da diversidade ocupou, assim, um lugar central na construção e manutenção de desigualdades, ao naturalizar e consolidar estereótipos e formular argumentos para a legitimação do tratamento desigual dado a certas categorias de pessoas (o que inclui os portadores de deficiência física, distúrbios psíquicos, portadores de síndromes, doentes crônicos, etc).

Também no plano religioso também assistimos à profusão de visões etnocêntricas e à produção de estereótipos que alimentam a intolerância em relação à diversidade religiosa. As religiões afro-brasileiras são historicamente objeto de intolerância por parte de grupos religiosos cristãos, e até mesmo de tentativas de criminalização. Estereotipados como “macumbeiros” ou “batuqueiros”, seus líderes e seguidores são comumente objeto de piadas e/ou hostilidades, tratados como praticantes de “cultos demoníacos” e/ou “feitiçaria” e, seus terreiros são mal vistos por vizinhos e sofrem batidas policiais. Outras religiões espiritualistas, como o kardecismo, também são alvo de estereótipos e acusações de charlatanismo. As diferentes denominações religiosas cristãs também são objeto de estereotipagem, como é o caso dos seguidores de várias igrejas protestantes e pentecostais, que são tratados genericamente como “crentes” e vistos como “pobres” e “ignorantes” explorados por pastores mal intencionados. O que é importante frisar aqui é que a liberdade de culto religioso no Brasil é garantida pela Constituição Federal, e o respeito aos diversos cultos, sacerdotes, igrejas e praticantes deve ser assegurado e promovido pelas nossas instituições, incluindo nossas escolas.

O estereótipo opera, portanto, como uma forma de tipificar e marcar diferenças que são socialmente significativas, definindo previamente categorias de pessoas à medida que os estereótipos as classificam. As marcas estereotipadas que se concretizam em marcas corporais dão origem ao que denominamos estigmas. Os estigmas remetem a marcas que desvalorizam sujeitos e grupos que as portam, e estão associadas a características corporais, posições e/ou espaços que os sujeitos ocupam, e que são facilmente identificadas por seus pares, pois são objeto de codificação coletiva. De acordo com Erving Goffman (1988), o estigma “faz referência a um atributo profundamente depreciativo” que é utilizado para classificar depreciativamente certas categorias de pessoas num determinado contexto relacional. Ainda de acordo com esse autor, “um atributo que estigmatiza alguém pode confirmar a normalidade de outrem, portanto ele não é, em si mesmo, nem horroroso nem desonroso”, mas assume tais significados no contexto de relações que marcam e diferenciam os sujeitos a partir desses atributos e os significados a eles imputados. Os traços fenotípicos, as características anatômicas sexuais, a gestualidade e postura, as dimensões corporais, as marcas de doenças são assim facilmente “lidas” e classificadas socialmente, e se tornam elementos estigmatizantes que desencadeiam formas de tratamento social diferenciado que são consensualmente previstas. Dessa forma, obesos se tornam “gordinhas/os”, pessoas de baixa estatura se tornam “baixinhas/os”, afro-descendentes se tornam “negões” ou “neguinhas”, lésbicas se tornam “sapatões”. Os tratamentos direcionados a essas pessoas estigmatizadas estão no fundamento das formas de assédio como, por exemplo, o bullying nas escolas.

Estereótipos e estigmas, como apontam os argumentos desenvolvidos até aqui, estão baseados em formas de pensar, representar e marcar as diferenças. Essas concepções subjetivas sobre

as diferenças compõem um conjunto de ideias sobre pessoas e grupos específicos, e não necessariamente resultam da experiência concreta e objetiva com a diversidade. São, em grande medida, concepções historicamente elaboradas e difundidas que criam ideias pré-estabelecidas sobre o que são esses “outros” em nossa realidade. Portanto, nós aprendemos a pensar o mundo e sua diversidade a partir de ideias prontas que nos são transmitidas durante a nossa formação como sujeitos, e informam a maneira como devemos tratar as diferenças.

## IMPORTANTE

*Ideias pré-concebidas, carregadas de juízos de valor e anteriores às nossas experiências com a alteridade, compõem nossa consciência de mundo culturalmente construída e são denominadas preconceitos.*

Os preconceitos estão arraigados em nossa cultura e consciências individuais, o que resulta na reprodução muitas vezes inconsciente de suas formulações. Isso quer dizer que nem sempre nos damos conta que estamos pensando as diferenças e atuando sobre elas a partir de preconceitos. Da mesma maneira, nem sempre percebemos formulações preconceituosas quando nos deparamos com elas. Como essas formulações estão amparadas na naturalização dos seus argumentos e são difundidas por costume, a tendência é que estejamos familiarizados com elas, que nos parecem “normais” e verdadeiras por serem reiteradas em nossa realidade e compartilhadas com nossos pares. Sendo formulações etnocêntricas, elas estão respaldadas por uma realidade que tendemos a não questionar, sendo, portanto, comumente tomadas como “verdadeiras” e repetidas acriticamente. Portanto, a superação e abandono dos preconceitos exigem uma postura de constante reflexão crítica. É preciso que duvidemos dessas “verdades” e dos seus fundamentos para que possamos reconhecê-las como percepções distorcidas da diversidade que compõe nossa realidade. Dessa maneira poderemos começar a combater os preconceitos que sustentam práticas discriminatórias, nos pondo na direção da construção de uma sociedade mais inclusiva e justa.

## PARA REFLETIR

*Você reconhece a presença de preconceitos operando nas formas de conceber as diferenças dentro da escola em que atua? Já se deparou com atitudes discriminatórias direcionadas a determinadas categorias de pessoas no ambiente escolar?*

A filósofa alemã de origem judaica Hannah Arendt (1906-1975) dedicou-se à investigação das raízes e fundamentos do poder e da política, assim como suas consequências para a condição humana e para a formação das sociedades modernas, dos Estados-nação e dos regimes totalitários. No livro *O que é política?* (Arendt 2004), ela se debruça sobre a questão do preconceito, procurando demonstrar que preconceitos se constituem a partir de juízos que os sujeitos his-

tóricos formulam baseados em experiências históricas concretas relativas a contextos específicos, mas que são disseminados e se reproduzem de forma acrítica no futuro, estabelecendo-se como verdades consensuais não postas à prova e questionamentos.

## SAIBA MAIS

*Podemos reconhecer que os preconceitos têm raízes históricas em experiências concretas de desigualdade, e essas desigualdades têm na replicação dos preconceitos e sua legitimação acrítica um dos fundamentos de sua reprodução. A respeito das ideias de Hannah Arendt sobre o preconceito, assista ao vídeo com o filósofo Paulo Ghiraldelli (2013) que é didático [Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=T8aT3Uj-A2U>>].*

Preconceitos estão, por exemplo, presentes em livros didáticos. Por décadas, nossos estudantes se depararam com livros que contavam a história da formação sociocultural do Brasil repetindo o mito da democracia racial. Brancos, negros e indígenas eram representados como elementos que foram tratados de forma igualitária, sem conflitos étnico-raciais, e que contribuíram igualmente para a formação de um “cadinho de raças” que deu forma e conteúdo a uma sociedade que os valorizava sem discriminá-los. Porém, as representações exotizadas e romantizadas de indígenas e afrodescendentes, representados como povos que deram contribuições estéticas, artísticas, culinárias, etc, se contrapunha à representação de brancos como “heróis da nação” e protagonistas dos avanços rumo à construção de uma sociedade moderna e próspera. Transmitem-se assim a ideia de um Brasil de protagonistas brancos, cabendo a indígenas e negros papéis secundários na história da formação do país.

Também nos livros didáticos é comum se observar a representação da mulher como sujeito doméstico, subordinado à reprodução familiar, e ocupando espaços e tarefas de menor prestígio e subordinação aos homens. Essa lógica machista e patriarcal de representá-las informa a percepção das/os alunas/os sobre as relações de gênero, e contribui para o reforço de concepções que secundarizam as mulheres como sujeitos sociais em relação aos homens.

Os movimentos sociais têm cumprido um importante papel no sentido de explicitação e combate a preconceitos de diversas ordens e em diversas instâncias da vida social, abrindo espaço para a reivindicação de políticas públicas que revertam o quadro de desigualdades em que vivemos. Isso tem produzido importantes avanços e mudanças que apontam para uma diminuição das desigualdades e respeito à diversidade. O movimento feminista, ao denunciar as formas de opressão e exclusão das mulheres, propôs debates e ações que resultaram em políticas e leis que promovam a igualdade de gênero. O combate à violência de gênero foi reforçado com conquistas encampadas por políticas de Estado, como a instalação das delegacias da mulher e a promulgação da Lei Maria da Penha, além da implantação de secretarias a nível municipal, estadual e federal voltadas para o desenvolvimento de políticas públicas para as mulheres. Creches e serviços especializados de saúde da mulher proliferaram. Além disso, há décadas assiste-se ao aumento da presença das mulheres no mercado de trabalho e nos cargos da administração pública e representação política, no exercício de profissões antes

predominantemente exercidas por homens, e à diminuição da desigualdade entre salários de homens e mulheres (ainda que essa desigualdade persista). A igualdade de gênero ainda não foi plenamente alcançada, mas o movimento de mulheres foi crucial para a instalação do debate em torno da questão, e para a adoção de políticas públicas que a promovam.

O movimento negro vem trazendo à tona debates e obtendo importantes conquistas no que diz respeito à instalação de ações afirmativas e políticas públicas inclusivas que já contemplam, em certa medida, as demandas pela igualdade racial no país. O ensino de História da África e dos Afrodescendentes no Brasil nas escolas, os programas de cotas nas universidades, a instalação de uma Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial no governo federal são algumas das conquistas recentes que resultaram do movimento dos afrodescendentes no Brasil. No mais, tem-se assistido a uma maior inclusão de negros na mídia, na propaganda e em programas televisivos, representados de formas diversas do que se assistia anteriormente, dando visibilidade a um contingente populacional que é demograficamente majoritário no país, mas que experimentou historicamente um processo de invisibilização e silenciamento. Ainda no plano das conquistas de reconhecimento e direitos para os afrodescendentes, há que se apontar como importante avanço o reconhecimento das comunidades remanescentes de quilombos, e a possibilidade de garantir a elas a propriedade definitiva das terras que tradicionalmente ocupam.

O movimento LGBT vem também ocupando importantes espaços políticos, promovendo debates em torno da diversidade sexual e demandando direitos, com algumas importantes conquistas recentes no plano das políticas públicas. A homofobia, a lesbofobia, a bifobia e a transfobia que incidem sobre gays, lésbicas, bissexuais, transexuais e travestis têm sido problematizadas, publicizadas e denunciadas, tornando-se uma questão cada vez mais debatida na arena pública. A visibilidade desses segmentos tem sido majorada com as Paradas do Orgulho LGBT que proliferaram no país a partir de finais da década de 1990, e hoje temos LGBT ocupando cargos eletivos no Legislativo e no Executivo. O governo federal lançou o programa Brasil Sem Homofobia, indicando que a questão LGBT está no horizonte das políticas públicas de promoção de direitos e promoção da igualdade. Na mesma direção, secretarias estaduais e municipais voltadas para a questão LGBT têm surgido no país, indicando um crescente reconhecimento de suas especificidades e da necessidade de políticas específicas voltadas para o segmento. Tratamentos hormonais e cirurgias de redesignação sexual já são acessíveis a homens e mulheres trans dentro do SUS. O Supremo Tribunal Federal reconheceu a legitimidade da união civil entre pessoas do mesmo sexo, equiparando-a a união estável entre pessoas de sexos opostos, e hoje já é possível firmar formalizar as uniões em cartórios. Da mesma forma, o direito à adoção por parte de casais homoafetivos tornou-se uma realidade no país. Porém ainda não se conseguiu criminalizar a homofobia. Da mesma forma como vem ocorrendo com os afrodescendentes, a mídia tem aberto espaço para a representação da diversidade sexual de forma mais realista e positiva, criando condições para a visibilização dos LGBT e suas demandas por reconhecimento e direitos.

Todas essas conquistas voltadas para o combate ao preconceito e à discriminação contra esses segmentos todos têm levado a propostas de inserção dessas temáticas nos currículos escolares, a fim de que a escola se torne um espaço de promoção da igualdade e inclusão das diferenças, objetivando a construção de uma sociedade mais aberta e tolerante à diversidade.



O que se quer mostrar na discussão até aqui desenvolvida, é que a superação das diversas formas de discriminação depende da organização da sociedade civil em torno da luta pela igualdade de direitos e equidade de condições de vida para os vários segmentos discriminados, mas também exige a implantação de políticas públicas por parte do Estado que garantam o respaldo governamental e a articulação de ações com a sociedade civil para a efetivação das políticas voltadas para o respeito à diversidade. Ações articuladas também no sentido de reconhecer que a discriminação diz respeito a todos esses segmentos específicos, que devem unir forças na luta contra as desigualdades que afetam a todos e de formas diversas, uma vez que a interseccionalidade dos marcadores sociais de diferença resulta na soma e sobreposição de ações discriminatórias. O compromisso governamental com as demandas por direitos desses vários segmentos e a articulação com as organizações da sociedade civil que os representam é crucial para a transformação da sociedade no sentido de torná-la mais justa e inclusiva, promovendo a equidade de direitos e a valorização da diversidade.

## Referências bibliográficas

ARENDDT, Hannah. **O que é política?** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

DA MATTA. O ofício do etnólogo ou como ter “anthropological blues”. In NUNES, Edson de Oliveira (org.). **A aventura sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978, p. 23-35.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada.** Rio de Janeiro: Editora LTC, 1988

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In NUNES, Edson de Oliveira (org.). **A aventura sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978, p. 36-46.



# SEMANA 5

## A DINÂMICA CULTURAL, O RESPEITO E A VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE

Autor: Luiz Henrique Passador

## Objetivos Gerais:

Compreender a relação entre diversidade, cultura e tradição. Apresentar as noções de tradição cultural e transformação das tradições. Conhecer a perspectiva da aculturação, problematizando a sustentação de argumentos que negam identidades e direitos, e acabam por produzir desigualdades.

## 5. A dinâmica cultural, o respeito e a valorização da diversidade

Até aqui vimos que a cultura resulta de processos de significação que variam através do tempo e do espaço. Dessa forma, as culturas que produzimos não são campos estáticos, imutáveis, mas se diversificam e se transformam constantemente por processos de interpretação e reinterpretação por parte dos sujeitos e grupos que as produzem, assim como pelo contato entre culturas diversas, criando diversidade num processo histórico e dinâmico. Portanto, a diversidade não é algo que ameace as culturas e as tradições que elas produzem, mas parte constituinte e motor do processo que as produz. Basta olharmos para o contexto brasileiro e sua diversidade interna para percebermos que o que constitui nossas formas culturais é exatamente o constante entrelaçamento, redefinição e transformação dos vários referenciais que as compõem. As realidades socioculturais se transformam exatamente porque as culturas e os processos sociais são dinâmicos.

A noção de tradição costuma ser tomada como um conjunto de aspectos que caracterizam uma cultura e que são imutáveis. É dessa maneira de pensar que resultam perspectivas equivocadas, que veem na transformação das tradições processos de “perda” de cultura. As tradições são elas mesmas inventadas historicamente, o que não significa necessariamente que sejam falsas por causa disso – embora a invenção de tradições seja uma estratégia política em determinadas circunstâncias.

Inventar tradições e reconhecer-se a partir delas como patrimônio coletivo faz parte da história de formação de qualquer cultura e grupo cultural. O fato de serem inventadas e transformadas através da história não significa necessariamente que deixem de ser reconhecidas pelos seus sujeitos como aquilo que os une e que lhes empresta uma identidade compartilhada. Os sujeitos se reconhecem como pertencentes a grupos específicos a partir da cultura e das tradições que tomam como significativas para si, e as mudanças que eles próprios produzem em suas culturas permanecem sendo referenciais identitários significativos e válidos para eles. Portanto, é esse processo de autodeterminação e autorreconhecimento que define a verdade e a autenticidade de uma cultura e das suas tradições para os sujeitos que as produzem, mesmo que elas se transformem no tempo e no espaço.

Exemplar desse processo é a identidade que imigrantes constroem quando se deslocam para outros países ou regiões, e estabelecem comunidades que se autorreconhecem a partir de referenciais compartilhados que remetem à sua origem comum, e que podem ser formas culturais transformadas em relação às originais. Cultura é algo que se faz permanentemente na relação

com a realidade, mesmo quando transformamos aquilo que produzimos anteriormente. É isso que empresta à cultura o seu caráter dinâmico.

## IMPORTANTE

*Para os historiadores Eric J. Hobsbawn e Terence Ranger, que organizaram um livro intitulado *A invenção das tradições* (1984), que é referência para os estudos pós-coloniais, é possível distinguir as tradições genuínas das tradições inventadas, no que se refere aos usos políticos que se faz delas no intuito de legitimar projetos nacionalistas. Para esses autores, as tradições genuínas nesses contextos de disputas entre projetos políticos remeteriam ao período histórico em que “os velhos usos ainda se conservam”, em que a classe dominante por ela legitimada está de fato ligada às origens reconhecidas coletivamente e, por isso, não têm essa legitimidade e situação social questionadas. A noção de tradição inventada, por sua vez, caracteriza-se por ser formulada ideologicamente por uma classe que precisa se legitimar como dominante, e elabora proposições de caráter histórico e tradicional para construir um passado comum, e poder assim impor valores e relações que referendem sua posição e legitimidade sociais. Essas proposições teóricas dos autores procuram dar conta de explicar as estratégias e o peso político que as formulações sobre a tradição, e a legitimidade de grupos de poder sustentados por elas, tiveram (e ainda têm) em contextos pós-coloniais, nos quais as disputas pelos Estados independentes mobilizaram os usos da tradição como mecanismos de legitimação de grupos e seus interesses políticos.*

É comum tomarmos essas transformações como processos negativos e de perda de cultura e identidade, como já citado. É dessa percepção equivocada dos fenômenos culturais que surgiu a noção de aculturação. Essa perspectiva cria problemas para vários grupos e segmentos, pois nela se sustentam argumentos que negam suas identidades e direitos, e acabam por produzir desigualdades. Por exemplo, quando olhamos para a diversidade dos povos indígenas e procuramos caracterizá-los como mais ou menos autênticos, por estarem mais ou menos próximos de um estereótipo de “tradição indígena” que construímos para eles. Ao fazermos isso, deixamos de reconhecer que as culturas e grupos indígenas são dinâmicos, e os submetemos às nossas expectativas etnocêntricas em relação a eles. É comum nos depararmos, no senso comum, com argumentos que procuram negar que indígenas possam ser reconhecidos enquanto tais porque se “aculturaram” ao mudarem e/ou “assimilarem” elementos da nossa cultura nacional, tais como língua, indumentária, culinária, arquitetura, tecnologia, costumes, etc. Essa forma de negação também é dirigida aos indígenas urbanos, que não correspondem ao estereótipo de “povos naturais” pelo fato de viverem nas cidades, frequentarem escolas e universidades, e ocuparem postos no mercado de trabalho. Assim, exigimos deles que sejam estáticos e “tradicionais” para que os reconheçamos como indígenas, ao mesmo tempo em que encaramos como absolutamente normais e até desejáveis as transformações pelas quais a



nossa cultura nacional, urbana e ocidentalizada passa, sem que deixemos de nos reconhecer como “brasileiros”, “paulistas”, “cariocas”, etc. Fato agravante é que esse tipo de argumento dá base à contestação de direitos culturais e à propriedade de terras tradicionais para os povos indígenas no Brasil, levando à contestação do direito à demarcação e ocupação de terras indígenas garantido pela nossa Constituição Federal, o que historicamente tem gerado graves conflitos que resultam em violência.

Fato semelhante ocorre com as comunidades remanescentes de quilombos. Embora sejam reconhecidas como categoria legítima pelo Estado e o seu direito à propriedade das terras tradicionalmente ocupadas tenha o amparo da lei, essas comunidades vivem às voltas com dificuldades para serem reconhecidas enquanto tais pela população e por agentes econômicos interessados nessas terras. O reconhecimento dessas comunidades e do direito às suas terras recorrentemente está envolvido em conflitos gerados pelos interesses da especulação imobiliária e do agronegócio, como ocorre com os povos indígenas.

Portanto, se a noção de tradição tem o papel de, por um lado, reconhecer a existência de uma história e um patrimônio cultural comuns que emprestam identidade e especificidade a grupos e segmentos da população, o que deve ser objeto de reconhecimento e respeito à sua diversidade pautados no princípio da autodeterminação dos povos, por outro lado pode ser manipulada na direção oposta, no sentido de negar a autenticidade e direitos a esses mesmo grupos e segmentos quando estes se transformam e deixam de ser reconhecido como “autênticos” e “tradicionais” pelos outros.

Nós produzimos significados quando produzimos diferenças e lhes emprestamos sentidos. É assim que podemos, por exemplo, estabelecer e dar sentido ao “alto” e ao “baixo”, ao “bom” e ao “mal”, ao “correto” e ao “incorreto”, ao “sul” e ao “norte”, por processos de interpretação. E a partir da associação desses significados produzimos mais significados: o “bom” é “correto”, o “sul” está “abaixo”, etc. Dessa forma, ordenamos e damos sentidos à nossa realidade de formas diversas, aleatórias e imprevisíveis, criando as categorias através das quais pensamos e interagimos com nosso contexto e nossos pares. Isso diz respeito também às categorias de gênero, orientação sexual e étnico-raciais que produzimos para nos reconhecermos e reconhecermos o outro em nossa realidade. Sendo a cultura resultante de processos de interpretação e significação, como já vimos, parece claro que ela irá criar diversidade e possibilidades de transformação por processos contínuos de produção de sentidos variáveis, estabelecendo os elementos significativos em nossa realidade, que podem mudar no tempo e no espaço. Dessa maneira, a cultura é dinâmica porque as significações e ressignificações que produzimos podem variar e, de fato, variam. Assim sendo, a diversidade é tanto o resultado da cultura, quanto a sua matéria-prima. Respeitar e valorizar a diversidade é respeitar e valorizar aquilo que nos empresta a qualidade de humanos, e aquilo que faz cada um de nós reconhecer-se a si próprio como sujeito no mundo. Garantir o direito à diversidade é garantir direitos humanos. Garantir o direito à diversidade é garantir o reconhecimento de cada um de nós como sujeitos de direito.

Um exemplo de que a diversidade é o resultado e a matéria-prima da cultura está na própria realidade brasileira. Como vimos, somos um país formado pela diversidade de culturas, e produzimos nossas especificidades culturais pelos processos históricos de encontros entre essas culturas, encontros que as transformam e produzem novas formas culturais constantemente. Se tomarmos a música popular no Brasil, isso se torna bastante visível e palpável. É sabido que as influências africanas geraram um grande leque de estilos musicais que foram surgindo e continuam a surgir no país. Do maxixe ao samba, do pagode ao axé, da bossa-nova ao reggae, do jongo ao hip-hop,

vemos nesses vários estilos musicais a influência da matriz africana, vinda diretamente do continente africano pelas mãos daqueles que foram trazidos para cá como escravos, ou de outros contextos nos quais os afrodescendentes produziram gêneros musicais resultantes da diáspora (como é o caso do reggae da Jamaica, e do hip-hop e do jazz norte-americanos, este último influenciando a bossa-nova ao ser fundido com o samba). Todos diversos entre si, esses gêneros continuam a produzir novos gêneros pela fusão e transformação. E certamente esses novos gêneros derivarão em outros. Gêneros musicais que são apropriados por sujeitos que os tomam como marcadores identitários, pois se reconhecem neles. Ao mesmo tempo resultantes de transformações históricas, todos guardam relação com uma reconhecida tradição africana, por derivarem dela. Tradição essa que, portanto, também muda e é reinventada em contextos diversos e por processos históricos também diversos, mas que ao mesmo tempo permanece como referencial identitário reconhecido pelos seus agentes nesses contextos transformados e transformadores. Portanto, reconhecer e valorizar essa diversidade e suas reinvenções dinâmicas é, ao mesmo tempo, reconhecer e valorizar sujeitos e grupos que se diferenciam através delas, e reconhecer e valorizar o direito à cultura que cada um de nós tem.

A dinâmica cultural está intimamente ligada à produção da diversidade que nos constitui como sujeitos no mundo. Porém, como já vimos, a diversidade pode derivar em desigualdades sociais e produção de estereótipos e preconceitos. Em nossa sociedade, cabe ao Estado fazer valer seu princípio de igualdade previsto no direito constitucional, e aplicar as sanções previstas pelas leis para coibir e punir formas de discriminação e violência que atentem contra o direito à diversidade, quando esta não fere os princípios legais. Ao mesmo tempo, cabe ao Estado ampliar e atualizar o aparato jurídico e suas políticas públicas no sentido de garantir direitos e acesso de segmentos diversos que ainda não estão contemplados e representados nos códigos jurídicos e nas políticas governamentais e que, por isso, se encontram à mercê da falta de acesso à justiça social e à equidade de direitos. Porém, cabe também a cada um de nós, como cidadãos e sujeitos de direito da sociedade civil, combater e superar as distorções que o preconceito e as desigualdades sociais impõem aos nossos pares em nosso cotidiano. Isso se dá através de uma atitude individual e coletiva que assuma o respeito, a valorização e a incorporação da diversidade como fato constituinte de nossa realidade e de nós mesmos. A igualdade jurídica, política, social e econômica não é, e não deve ser, sinônimo de ausência de diversidade cultural, sexual, de gênero e étnico-racial. Temos o direito à diversidade sem que isso implique em perda de direitos civis, políticos, sociais, econômicos, culturais e humanos. Pelo contrário, temos direito à diversidade e a que ela tenha respaldo no corpo de direitos e no conjunto de políticas públicas garantidos e promovidos pelo Estado, assim como tenha o respaldo de nossas atitudes e ações cotidianas em relação a ela. Só alcançamos isso quando o Estado e a sociedade civil incorporam a diversidade como fato e direito, e isso pressupõe uma mudança dos marcos legais e dos referenciais culturais que se omitem ou produzem e reproduzem os preconceitos e as desigualdades sociais.

O respeito e a valorização da diversidade não se esgotam nas relações de tolerância à diferença, pois tolerar pode ser meramente uma atitude de suportar a convivência com o outro, sem que necessariamente deixemos de reconhecê-lo como hierarquicamente desigual. A tolerância, portanto, não resulta necessariamente na revisão e mudanças dos termos sobre os quais se constroem e se estabelecem as desigualdades. Respeito e valorização só são alcançados de fato quando reconhecemos e garantimos a equiparação do outro em relação a nós, sem que para isso ele deva repetir nossas formas de estar no mundo em termos de escolhas, existência, aparência, expressão, comportamento e organização coletiva.



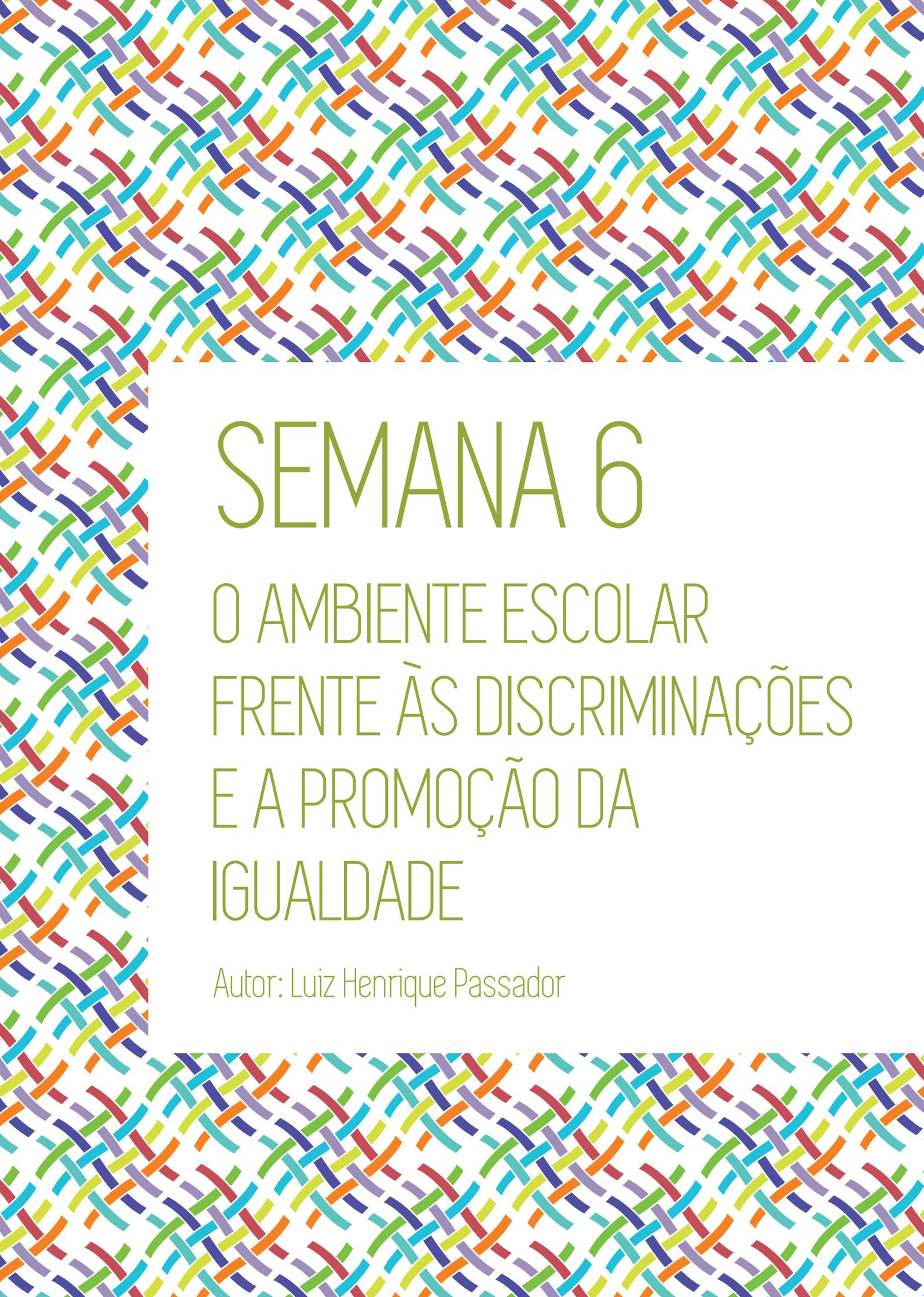
É por isso que a escola tem um papel crucial na transformação da nossa realidade, para a construção de um contexto social que incorpore a diversidade como parte dele, promovendo a sua valorização e o respeito a ela. A formação escolar de sujeitos e cidadãos deve incorporar o desafio de estabelecer bases inclusivas que garantam não apenas a convivência entre os diversos, mas o reconhecimento deles como iguais em direitos, sem que eles precisem para tanto se descaracterizar como diferentes entre si. A escola pode e deve atuar nos dois sentidos acima apontados:

1. na construção de sujeitos que incorporem às suas práticas cotidianas o respeito à diversidade e a sua valorização;
2. na construção de cidadãos que tenham acesso ao conhecimento dos direitos que regem as relações entre seus pares no âmbito do Estado de Direito, apropriando-se deles, defendendo-os e fazendo-os efetivos em nossa realidade.

Por isso o curso Gênero e Diversidade na Escola, como parte das políticas públicas de Educação assumidas pelo Estado, traz em sua proposta pedagógica a reflexão sobre a diversidade e suas consequências, problematizando o preconceito, a discriminação e a exclusão social, ao mesmo tempo em que propõe o conhecimento e a discussão das leis e aparelhos de Estado que garantem a preservação da integridade de cidadãos submetidos a regimes de desigualdade e exclusão sociais por conta de suas diferenças. Para tanto, procura promover a apropriação de saberes relativos aos direitos e às políticas públicas que se voltam para a promoção da igualdade social, ao mesmo tempo em que convida à reflexão sobre a diversidade como aspecto positivo e constituinte da nossa realidade e dos sujeitos que a compõem, buscando estimular a implantação e sustentabilidade de ações pedagógicas e transformadoras no âmbito escolar que promovam o reconhecimento do outro, sua valorização e o respeito a ele como diferente sim, mas não desigual em direitos e acesso à cidadania plena.

## Referência bibliográfica

HOBBSAWN, Eric J. & RANGER, Terence (org.). **A Invenção das Tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.



# SEMANA 6

## O AMBIENTE ESCOLAR FRENTE ÀS DISCRIMINAÇÕES E A PROMOÇÃO DA IGUALDADE

Autor: Luiz Henrique Passador

## Objetivos Gerais:

Compreender o papel do ambiente escolar frente às discriminações, compreender o papel da educação cidadã e inclusiva, e seus desafios na construção da realidade social e no ambiente escolar, a fim de desenvolverem um olhar crítico que os permita diagnosticar situações de desrespeito e desvalorização da diversidade em suas escolas, e formularem ações para a superá-las.

## 6. O ambiente escolar frente às discriminações e a promoção da igualdade

A escola está inscrita na sociedade, faz parte dela e, por isso, é atravessada pelos processos que constituem nosso contexto social. Dessa forma, ela não está imune àquilo que reconhecemos como positivo e negativo em nossa realidade. A escola tanto influencia ativamente na formação dos sujeitos e da sociedade, quanto é influenciada por ela. Portanto, é tanto um espaço de reprodução da estrutura social e suas relações, quanto um espaço que pode promover transformações nelas. Ao abrigar diversidades e estar em relação com educadoras e educadores, estudantes, suas famílias e comunidades, entidades governamentais e não governamentais, torna-se um espaço privilegiado para construção do respeito e da valorização da diversidade, estabelecendo estratégias sociais para superação das desigualdades fundadas em preconceitos e discriminações através de uma educação cidadã. Essa tarefa não diz respeito, portanto, apenas a educadoras e educadores, mas é um compromisso da sociedade como um todo, de seus agentes, organizações e instituições, e do Estado.

Uma educação cidadã deve estar baseada na promoção da igualdade de direitos e no reconhecimento e valorização da diversidade. Isso exige que superemos um modelo de educação pensado como um processo de produção de homogeneidades padronizadas e normalizadas. A igualdade de direitos que fundamenta a noção de cidadania, como já dito, não pressupõe a ausência de diversidades. Portanto, a formação de cidadãos dentro das escolas não deve pressupor a eliminação de diferenças em favor da adaptação de sujeitos a padrões normativos apriorísticos e universalizantes, mas sim a inclusão dessas diferenças na nossa noção de cidadania, reconhecendo-as e respeitando-as como componentes da nossa realidade social e da identidade dos sujeitos dentro das escolas. Pressupor padrões normativos de categorias de pessoas ideais, criando uma noção de normalidade excludente, e reproduzi-los no processo de ensino-aprendizagem assumindo um ideal de eliminação das diferenças, produz um ambiente escolar avesso à diversidade e que promove homogeneização e/ou evasão. Ao fazermos isso, exigimos que os sujeitos se adaptem aos nossos padrões de normalidade para que continuem a ter acesso à educação. Como vimos, a “normalidade” é um modelo sociocultural que se transforma através do tempo e do espaço e que, portanto, não deve ser tomado como algo definitivo e imune à reflexão crítica e revisão. Caminharmos na direção de uma educação cidadã e inclusiva exige que questionemos constantemente esses padrões e seus efeitos de discriminação e exclusão sobre indivíduos e grupos no interior da escola.

 PARA REFLETIR

*Afinal, o que é ser “normal”? Por que uma menina não pode usar roupas masculinas? Por que um menino negro não pode usar cabelos num estilo afro? Por que um garoto gay tem que ser “discreto” e não “afeminado”? Por que meninas e meninos transexuais devem ser patologizadas/os? Por que vocábulos e sotaques regionais não fazem parte da “norma culta” e podem ser tomados como exóticos ou caricatos? Por que essas expressões que desviam da norma padronizada devem ser problematizadas, revistas ou eliminadas do ambiente escolar? Por que os diversos que não se adaptam à “normalidade” têm que assumir-se individualmente como “problemáticos”, tornarem-se objeto de discriminação sem terem poder para enfrentá-la sozinhos, e engrossar o contingente da evasão escolar? Nesses casos, falham os indivíduos que não se adaptam à norma, ou falha a escola que ao não conseguir incorporar, respeitar e valorizar essas diversidades deixa de cumprir seu papel legal e obrigatório de garantir acesso universal à educação?*

O silêncio em relação a essas formas de discriminação e exclusão também é um problema que deve ser enfrentado no caminho da construção de uma educação cidadã que respeite e valorize a diversidade. Muitas vezes educadoras e educadores silenciam sobre preconceitos e discriminações para evitar um suposto acirramento desses fenômenos e dos conflitos que eles geram no ambiente escolar. Ou silenciam porque se sentem desempoderados para enfrentar esses temas e conflitos, por se sentirem sem amparo institucional e de pares, e sem apoio das famílias e da comunidade em que a escola está inserida. O silêncio no ambiente escolar em torno desses problemas tende ao reforço do chamado “currículo oculto” que invisibiliza diversidades e conflitos, reproduz desigualdades, e não estimula a crítica e a formulação de intervenções para transformar esse quadro.

Esse currículo oculto está presente nas representações das diferenças que encontramos nos materiais didáticos, nos conteúdos ensinados, nas relações entre educadoras e educadores, entre estes e estas e seus estudantes, entre estudantes com seus pares, entre escola, família e comunidades, entre escola e Estado, e em toda uma série de experiências que atravessam o contexto escolar. As hierarquias de gênero, os estereótipos das sexualidades, as formas de estigmatização dos grupos étnico-raciais e toda uma série de preconceitos e discriminações reproduzidos nos materiais didáticos e nas relações dentro do ambiente escolar, e da escola com sua realidade social, tendem a reproduzir, naturalizar, normalizar, informar e legitimar desigualdades. Em relação aos livros didáticos, Elizabeth Macedo aponta que:





Trata-se de objetos pedagógicos que visam a uma aproximação com o leitor, ao estabelecimento de uma relação, também ela corporificando estratégias de omissão e marginalização. Os livros didáticos, ao apresentarem suas imagens, utilizam, consciente ou inconscientemente, uma estrutura narrativa determinada que localiza o espectador na posição a partir da qual a imagem precisa ser vista. Tanto fisicamente somos instados a assumir um lugar pelo ângulo do desenho como lugares sociais e ideológicos são disponibilizados ao espectador. (Macedo 2004: 107)



Identificar, reconhecer e explicitar a existência dessas representações, ações e relações dentro e fora do ambiente escolar, e fazer uma reflexão crítica sobre elas, procurando caminhos para superá-las na relação ensino-aprendizagem e na formação de cidadãos, é um primeiro passo importante na construção de uma educação cidadã e de uma escola que incorpore, respeite e valorize as diversidades.

A diversidade não deve ser tomada apenas como mais um conteúdo a ser incluído entre as já numerosas demandas de ensino formal direcionadas a educadoras e educadores. Ela deve ser, antes de tudo, reconhecida como um dado de realidade que diz respeito a todos/as nós, um fenômeno constituinte de nossas experiências com o mundo e que, por isso, deve ser tratado como tema transversal que atravessa não apenas os conteúdos ministrados em salas de aula e as relações entre os vários agentes inseridos no ambiente escolar, mas também a própria produção de conhecimentos e dos sujeitos desses conhecimentos, uma vez que são resultantes das realidades em que são produzidos. O conhecimento e a educação são fenômenos inscritos e produzidos pelas realidades em que são demandados, validados e legitimados, por isso não são anistóricos, apolíticos, pré-sociais e neutros. Eles partem de posicionamentos em relação à realidade que reconhecemos, definidos por perspectivas que refletem visões de mundo particulares. Portanto, a tomada de posição a favor do respeito e da valorização da diversidade se constitui num paradigma que redefine formas de conceber e conhecer a realidade, redefinindo formas de abordar conteúdos que se articulam entre si a partir de um eixo transversal e interdisciplinar que reconfiguram o processo educacional de acordo com a maneira como queremos construir nossa realidade e seus sujeitos. Se nos posicionamos a favor do reconhecimento, do respeito e da valorização da diversidade no ambiente escolar e na nossa sociedade, isso exige que implantemos processos pedagógicos que facilitem e promovam essa busca.

A diversidade e a promoção do respeito a ela, através de sua valorização no ambiente escolar e na sociedade como um todo, constitui-se assim como um potencial pedagógico a ser trabalhado para a consolidação da educação cidadã voltada para a promoção da igualdade social e de direitos. Contextualizar currículos, incorporando a eles a diversidade que compõe a realidade em que a escola está inserida, através da inclusão de materiais, atividades e discussões, dentro e fora das salas de aula, nos quais a diversidade esteja representada e valorizada, permite o reconhecimento das identidades diversas que se constroem e se inserem no corpo discente, docente e administrativo das escolas, assim como a possibilidade de ressignificar as marcas negativas historicamente associadas às diferenças de gênero, de sexualidade, de origem étnico-racial e regional, de religião, de classe, de práticas culturais, etc. A construção de uma cultura aberta ao novo e à diversidade está intrinsecamente ligada à possibilidade de afirmação de identidades e de valores culturais diversos no âmbito da escola, e isso se dá pela inclusão e legitimação de material didático e ações educativas nos quais a diversidade esteja simetri-

camente representada em termos de conteúdo e autoria, seja abordada como componente da realidade vivida, e seja objeto legítimo do saber e do fazer. Esse é um passo crucial na direção do enfrentamento e da superação das desigualdades.

No ambiente escolar temos o potencial de explicitar e desinvisibilizar diferenças e desigualdades, e promover uma reflexão crítica que permita o reconhecimento de que a diferença não é ameaçadora e nem sinônimo de desigualdade, ou que ela possa ser desconsiderada ou eliminada da realidade, devendo sim ser respeitada e valorizada como componente do real e potencialidade positiva dos sujeitos. Estimular o conhecimento e o reconhecimento da diversidade é uma forma de ampliar possibilidades pedagógicas e promover a formação de sujeitos-cidadãos capazes de transformar nossa sociedade num contexto mais inclusivo e respeitoso em relação à diversidade que o constitui.

## 7. Concluindo

Quisemos neste módulo apresentar uma reflexão sobre a diversidade, apontando o seu caráter constitutivo e fundador das culturas em geral, e mais especificamente na formação e configuração contemporânea da realidade brasileira. Da mesma maneira, quisemos apontar as formas como essa diversidade foi interpretada e tratada historicamente, resultando em más compreensões e distorções que resultaram na produção e disseminação de preconceitos, estereótipos e discriminações, que redundaram em desigualdades e falta de reconhecimento e valorização da nossa diversidade.

Vimos que as diferenças geram categorias e marcadores sociais que constituem identidades e produzem experiências para sujeitos e grupos nos contextos em que estão inseridos. Embora no curso Gênero e Diversidade na Escola privilegiemos a discussão sobre os marcadores de gênero, sexualidade e étnico-raciais (que serão abordados nos módulos seguintes), não devemos perder de vista que quaisquer diferenças são passíveis de serem socialmente identificadas, marcadas, significadas e problematizadas – como é o caso das diferenças de classe, regionais, religiosas, estéticas, etc. – além de poderem ser articuladas e sobrepostas, produzindo interseccionalidades de marcadores sociais da diferença que resultam em identidades diversas submetidas a tratamentos também diversos.

Chamamos sua atenção para o fato de que a escola é um espaço em que a experiência com a diversidade é um fato incontornável e constituinte de seu ambiente, o que resulta em experiências cotidianas e concretas de tradução das diversidades em desigualdades e com os conflitos que isso gera. Vimos que, por isso, a escola é um espaço privilegiado em que as desigualdades podem ser produzidas e reproduzidas, mas também um espaço privilegiado em que a diversidade pode e deve ser reconhecida, respeitada e valorizada, guardando um potencial transformador que aponta na direção do acesso a direitos e da promoção da igualdade entre nossos pares e educandos. Para tanto, contamos com mecanismos e aparelhos governamentais e não governamentais, e políticas públicas e estruturas político-jurídicas de Estado que dão apoio e visam garantir a sustentabilidade dessas transformações.



Como educadoras e educadores, vocês cursistas são nossos parceiros e sujeitos no processo de reflexão e construção de saberes e formas de intervenção que permitam transformar o ambiente escolar num espaço de reconhecimento e incorporação da diversidade, trabalhando no sentido de construção de uma educação cidadã e promotora de transformações sociais que apontem para uma sociedade mais justa, inclusiva e igualitária. Por isso, suas experiências como sujeitos sociais e, mais especificamente, como educadoras e educadores que efetivamente atuam no ambiente escolar e se confrontam cotidianamente com sua realidade, serão cruciais para o desenvolvimento do nosso curso e implantação de seus resultados. Suas trajetórias individuais e profissionais, suas percepções, suas dúvidas, seus conhecimentos e práticas serão fundamentais no desenrolar do curso para a reflexão crítica e produção dos conhecimentos e ações que os convidamos aqui a formularem e implantarem em seus espaços de atuação. O que esperamos é que a temática da diversidade e, mais especificamente, as temáticas de gênero, sexualidade e raça/etnia, associadas aos seus próprios conhecimentos e experiências, possam ser objeto da construção de um novo conhecimento reflexivo, transformador e incorporado às suas práticas, seja na solução de conflitos, seja na proposição de novos olhares, saberes e ações que promovam no ambiente escolar o respeito e a valorização da diversidade, e que isso resulte na construção da igualdade de direitos em nossa sociedade.

Todos experimentamos e vivemos as diferenças cotidianamente. Elas nos constituem e constituem os outros com os quais interagimos. Porém nem sempre vivemos essa experiência nos questionando sobre os sentidos que damos a elas, sobre as relações que estabelecemos com elas, sobre as consequências dessas concepções e práticas sobre o outro e sobre nós mesmos, e sobre as possibilidades de transformarmos essa experiência em algo melhor e mais positivo para todas e todos. O nosso convite aqui, portanto, não é para nada mais complexo e menos rico do que essa trivial e fascinante experiência: viva a diferença. E faça-o se apropriando desse espaço que abrimos para a reflexão e a possibilidade de fazer desse viver uma experiência renovada, libertadora e transformadora para todas e todos nós a partir do seu ambiente escolar.

## Referência bibliográfica

HOBBSAWN, Eric J. & RANGER, Terence (org.). **A Invenção das Tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

ANDERSON, **Benedict: Comunidades Imaginadas**. São Paulo. Cia das Letras, 2008.

ARENDDT, Hannah. **O que é política?** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. **Branços e negros em São Paulo**. São Paulo: Ed. Nacional, 1971.

DA MATTA. **O ofício do etnólogo ou como ter “anthropological blues”**. In NUNES, Edson de Oliveira (org.). **A aventura sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978, p. 23-35.

\_\_\_\_. **O que faz o Brasil, Brasil?**. Rio de Janeiro: Rocco, 1984.

DIWAN, Pietra. **Raça pura: uma história da eugenia no Brasil e no mundo**. São Paulo: Contexto, 2007.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Ática, 1978. v. 1 e 2.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: Editora LTC, 1988

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Preconceito de cor e racismo no Brasil**. Revista de Antropologia, São Paulo, v. 47, n. 1, 2004, p. 9-44. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-77012004000100001&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-77012004000100001&script=sci_arttext)> [Acessado em 08 Mar. 2015].

HOBBSAWN, Eric J. & RANGER, Terence (org.). **A Invenção das Tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

IPEA. **Tolerância social à violência contra as mulheres**. Brasília: SIPS/Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, 2014. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/SIPS/140327\\_sips\\_violencia\\_mulheres.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/SIPS/140327_sips_violencia_mulheres.pdf)> [Acessado em 08 Mar. 2015]

NOGUEIRA, Oracy. **Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil**. Tempo Social: Revista de Sociologia da USP, v. 19, n. 1, nov 2006, pp. 287-308.

OLIVEN, Ruben George. **Cultura e modernidade no Brasil**. São Paulo em Perspectiva, Fundação SEADE: São Paulo, v. 15, n. 2, abr/jun 2001, p. 3-12. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-88392001000200002&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392001000200002&lng=en&nrm=iso&tlng=pt)> [Acessado em 08 Mar. 2015].

MACEDO, Elizabeth. **A imagem da ciência: folheando um livro didático**. Educação e Sociedade, Campinas, 2004, v.25, n.86, 2004, p. 103-129. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73302004000100007-&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302004000100007-&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt)> [Acesso em 09 Mar 2015].

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, 2ª ed.

SANTOS, Boaventura de S. **Direitos Humanos: o desafio da interculturalidade**. Revista Direitos Humanos, Secretaria Especial de Direitos Humanos: Brasília, n. 2, junho de 2009, p. 10-18. Disponível em: <[http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/Direitos%20Humanos\\_Revista%20Direitos%20Humanos2009.pdf](http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/Direitos%20Humanos_Revista%20Direitos%20Humanos2009.pdf)> [Acessado em 08 Mar. 2015]



SCHWARCZ, Lilia Katri Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

VELHO, Gilberto. **Observando o familiar**. In NUNES, Edson de Oliveira (org.). **A aventura sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978, p. 36-46.

WASELFIKS, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2013: Homicídios e juventude no Brasil**. Brasília: Secretaria-Geral da Presidência Da República/Secretaria Nacional de Juventude/ Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, 2013. Disponível em: <[http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2013/mapa2013\\_homicidios\\_juventude.pdf](http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2013/mapa2013_homicidios_juventude.pdf)> [Acessado em 08 Mar. 2015].

